

Os processos de criação de acordo com a teoria de D.W.Winnicott

Neste capítulo, abordaremos de maneira linear o que se passa durante o desenvolvimento emocional primitivo. Este estudo apresentará, de forma didática, os conceitos pertinentes. Acreditamos que muito se perde nessa forma de apresentação da teoria winnicottiana. Núcleo da originalidade de sua obra, a idéia de espaço potencial está não somente em suas descrições teóricas, mas a sua escrita nos conduz a uma experimentação deste lugar, onde emergem os processos de criação. Numa aproximação entre a sua clínica e a escrita, Winnicott consegue transformar a leitura de sua obra em algo não só prazeroso como também nos conduz em uma experimentação.

Infelizmente, esta habilidade genial não é para todos. Da mesma maneira, outras características importantes relacionadas à obra de Winnicott, que nos facilita a compreensão de pontos importantes, não encontrariam lugar no escopo desta pesquisa a não ser por um adendo que se coloca entre os capítulos, o que faremos na forma dessas “considerações iniciais”.

Além de servir para destacar a experiência poética que o leitor terá ao ler seus escritos originais, estas considerações iniciais também têm o intuito de dar certa consistência ao corpo do trabalho no que diz respeito a alguns termos e conceitos que serão encontrados ao longo do texto. Dessa maneira, faremos referência a estes termos no desenrolar da pesquisa, a fim de que o leitor se recorde das considerações e possa, assim, melhor compreender nossa exposição.

2.1

Considerações iniciais:

I

Filosofia e Ciência:

Em nossa incursão na teoria winnicottiana, encontramos ressonâncias com algumas correntes da filosofia, muito embora Winnicott nunca tenha dedicado muito tempo ao estudo dos filósofos. Sua preferência, ele sempre deixou clara:

eram as artes e a literatura (Bezerra, 2007, pág.35). À título de introdução, gostaríamos de salientar nessas considerações a maneira como sua teoria sobre os momentos iniciais da vida se conecta com o empirismo inglês; cabe frisar, portanto, que um desenvolvimento mais rigoroso sobre este ponto não será efetuado, a despeito de sua importância. No entanto, consideramos essenciais algumas considerações.

Por exemplo, na concepção winnicottiana sobre o desenvolvimento emocional primitivo, ele sugere que, bem no começo, o bebê encontra-se em um estado de não-integração primária, no qual os sentimentos são desconexos e não podemos falar de um ego. De acordo com a leitura que Phillips (2006) faz de Winnicott, “na vida de um bebê winnicottiano, há longos períodos em que ele é apenas um ajuntamento de impressões e sentimentos díspares e não parece se importar, como diria um adulto, que assim seja”, desde que de tempos em tempos ele possa reunir esses sentimentos e impressões e sentir algo (Phillips, 2006, pág.121). De tempos em tempos, ele experimenta algo que pode ser pensado como uma experiência unificadora, que provém de fora e de dentro de si, o que caracteriza uma tendência a integrar-se de qualquer indivíduo. Essas impressões, neste momento inicial, são originadas principalmente do cuidado da mãe e de instintos. Elas vão se somando e constituindo este ser emergente. Entendemos que este processo ressoa com uma linha de pensamento filosófico, o Empirismo.

Rompendo com uma tradição cartesiana, os empiristas trazem de volta à cena do conhecimento a experiência. Ao contrário de Descartes, os empiristas acreditavam que era somente a partir de uma relação com o mundo que tanto este quanto a subjetividade se constituíam. Como nos diz Marcondes, tratava-se de uma “posição filosófica que toma a experiência como guia e critério de validade de suas afirmações. (...) todo conhecimento resulta de uma base empírica, de percepções ou impressões sensíveis sobre o real” (Marcondes, 1998, p.176). Contrário à metafísica especulativa e aos grandes sistemas teóricos, não é difícil encontrarmos as principais características do Empirismo inglês no trajeto percorrido por Winnicott.

Winnicott também foi fortemente influenciado pelas idéias de Charles Darwin. Segundo ele, a obra darwiniana lhe possibilitou algo que foi de grande importância para a sua própria elaboração tanto teórica quanto prática: a aceitação

de que o desenvolvimento não acontece de forma linear, mas ele tem, inerente a si, interrupções, lacunas, que o constituem.

Além disso, podemos destacar também a importância da vida em sua teoria e prática clínica. Tanto para Darwin quanto para Winnicott, a vida se caracteriza por um processo contínuo de interação entre o organismo e o ambiente, numa dinâmica na qual estes dois pólos, ao contrário de serem entendidos como pertencentes a lados opostos, se entrelaçam num processo de constituição recíproca.

Não há organismo sem meio, só há meio para um organismo. O mundo da vida não é o universo das partículas físicas, organizadas em elementos e corpos dispostos num espaço neutro, interagindo indiferentes aos resultados dessa interação. A vida é completamente avessa a essa indiferença. Ela é regida pela valoração, pela busca de sobrevivência e de satisfação, ela é movimento intencionado, embate constante contra resistências e obstáculos, invenção de novos modos de existência e novas formas de interação. Olhar para a vida é perceber um *continuum*, um fluxo de processos em movimento, mais do que um conjunto de formas estabilizadas, que por definição são transitórias e instáveis (Bezerra, 2007, pág.37/38)

De acordo com Benilton Bezerra, para Winnicott um entendimento pouco claro acerca de patologias graves como a esquizofrenia ou os casos borderlines, e dos primórdios da vida psíquica, eram devidos a pouca importância concedida à dimensão natural e pré-social da experiência humana. Ele busca, então, uma visão mais abrangente dessa experiência, na qual natureza e cultura se apresentam, principalmente, sob o signo da complementaridade (idem). Dessa forma, a cultura, além de estar articulada à concepção de ambiente facilitador, também pode ser entendida como o único meio para a auto-realização.

Ainda segundo este autor, para Winnicott a cultura corresponde a algo que permanece prenhe de significações em contextos diferentes, referentes à história das formações sociais. Há algo de universal na experiência cultural, e isto, que pode ser considerado transcultural diz respeito “à estruturação das relações precoces entre o bebê humano e sua mãe, condição de possibilidade para a emergência de um ser apto a viver junto a outros” (Idem, pág.42).

Sendo assim, a idéia de vida, então, encontra-se articulada tanto aos fenômenos de regulação biológicos, quanto ao campo da psicossomática e da experiência compartilhada na cultura. E esta idéia só pode ser pensada através da

convocação da presença de um outro que, por sua capacidade de provisão lhe dá garantia. Pela criação de uma área do brincar, que Winnicott denomina “espaço transicional”, o indivíduo pode, então, viver criativamente.

Outra influência que gostaríamos de ressaltar nessas considerações iniciais é o vitalismo winnicottiano. Esta é uma corrente de pensamento muito antiga, que toma corpo principalmente no que tange as ciências ou saberes que se pretendem neutros. Assim, não é tarefa difícil localizarmos na Medicina, formação de Winnicott, uma linha vitalista que tem como principal oponente a linha materialista.

O materialismo ganha força principalmente durante o século XIX. Tem como prerrogativa a idéia de que a matéria física é a única realidade e todos os organismos vivos podem ser reduzidos a processos físicos, mecânicos e químicos, e compreendidos com a aplicação de métodos científicos – movimento este que estava afinado com os avanços científicos verificados nessa época. (Goodwin, 2005, pág.84).

Para o vitalismo, no entanto, haveria algo que não se reduziria aos esquemas mecânicos que a ciência tentava impor à vida, uma espécie de “força vital” que não se reduziria. Para alguns estudiosos, esta idéia se encontra arraigada de uma conotação teológica, indo na direção oposta das pretensões científicas. Para Benilton Bezerra, a “ênfase na tendência inata ao desenvolvimento e à autocriação” é o que caracteriza o vitalismo de Winnicott, assinalando o fato de sermos, antes de sujeitos da cultura, seres vivos, naturais. Acreditamos ser esse um dos fatores pelos quais Winnicott não se utiliza do termo “sujeito” na elaboração de sua teoria.

Seguindo esta linha de pensamento, é a partir da vitalidade dos tecidos que se desdobra em motilidade e erotismo que emerge, em algum instante do desenvolvimento, uma subjetividade singular. Neste movimento inerente à vida encontramos o fundamento para a tendência a integrar-se de qualquer indivíduo.

Segundo Bezerra, ao se voltar para o que chama de “natureza humana” e ao fazer dos processos naturais de desenvolvimento do indivíduo em sua relação com o ambiente o foco central de sua teoria sobre a constituição do *self* e da estruturação da vida psíquica, Winnicott preconiza uma tendência inata ao desenvolvimento e à autocriação, sendo isso o que caracteriza o seu vitalismo.

Este vitalismo simplesmente assinala a convicção fundamental de Winnicott quanto ao fato de sermos, antes de sujeitos da cultura, seres vivos, naturais. A fonte daquilo que em algum instante do desenvolvimento surge como uma subjetividade singular organizada é a própria vitalidade dos tecidos, que se desdobra em motilidade e erotismo. É este movimento inerente à vida que impulsiona o processo de personalização e de integração egóica. É ele que conforma o núcleo fundamental do *self* winnicottiano, o *verdadeiro self*. (Bezerra, 2007, pág.37, grifos do autor)

II

O paradoxo Doença/Saúde:

No decorrer desta pesquisa, iremos tratar algumas vezes de questões relacionadas à saúde ou à doença. Por esse motivo, achamos válida uma discussão acerca dessas noções para o pensamento winnicottiano, por ele se valer de uma originalidade em relação a estes termos já tão naturalizados, uma vez que provenientes de uma certa compreensão médica cuja base é o cientificismo.

Para Winnicott, saúde não pode ser pensada a partir de uma negação de sintomas que estariam articulados a alguma doença em termos orgânicos. Há uma complexificação desta noção, uma vez que ela se encontra relacionada à maturidade relativa à idade. Sendo assim, para que ocorra, o ambiente deve se adaptar às necessidades do bebê, potencializando-o, pois, como nos diz Winnicott “a tendência para amadurecer é, em parte, herdada” (Winnicott, 1967, pág.4).

Atrelada à riqueza que traz a sua concepção de desenvolvimento, a maturidade pode ser entendida como uma “tolerância flexível, e o acesso potencial, a um repertório completo e sempre crescente ao longo da vida” (Phillips, 2006, pág.125). Isso envolve um aspecto temporal singular, no qual o tempo importa, na medida em que o indivíduo adquire experiências importantes para sua constituição, mas é preciso que seja sempre possível voltar, caso seja necessário.

A palavra “voltar”, aqui, pode nos conduzir a um erro brutal para a proposta winnicottiana: não é voltar para algo perdido, mas é um retorno para algo que se apresenta sempre em termos de diferença, articulado a estágios de desenvolvimento que não dispensam uns aos outros de forma progressiva. Como nos diz Phillips, “as assim chamadas conquistas de desenvolvimento apenas são conquistas, para Winnicott, se forem reversíveis” (idem).

Já a doença pode ser descrita como uma inibição da espontaneidade potencial própria ao viver, originadas, principalmente, por quebras na

continuidade de ser que ocorrem num período ainda muito primitivo de desenvolvimento. Estas quebras, segundo Adam Phillips, seriam causadas por falhas excessivas da provisão ambiental (Phillips, 2006, pág.22). Levando-se em conta que Winnicott não tem uma compreensão de desenvolvimento como algo linear, que vai do menos para o mais desenvolvido, mas o entende como passível de lacunas e com movimentos que se assemelhariam a uma espiral, estes processos podem ocorrer em qualquer momento da vida.

Os termos doença e saúde não devem ser entendidos como opostos. A posição antidualista e antidicotômica de Winnicott fica clara na passagem do livro “Winnicott”, de Adam Phillips, descrita abaixo:

sintomas são partes da maneira através da qual a criança pode lidar e transpor suas dificuldades inevitáveis em estar viva; a criança saudável tem um repertório flexível de sintomas, que funcionam como mensagens ao ambiente (Phillips, 2006, pág. 83)

Para Winnicott, uma criança normal é aquela capaz de ter qualquer tipo de sintoma em circunstâncias apropriadas. Estes são considerados demonstrativos de doença somente quando começam a se tornar um incômodo tanto para a mãe quanto para a criança. Os sintomas, então, estão de acordo com uma vida saudável, por funcionarem como um recurso para lidar com as dificuldades pertencentes e constitutivas do viver humano.

Dessa forma, a psicopatologia se encontra articulada a uma maneira pela qual o bebê, ou a criança, ou o adulto, se relaciona com o ambiente. Assim, é por uma submissão do indivíduo às exigências do ambiente, que são extrínsecas ao seu desenvolvimento, que podemos atribuir a alguém a concepção winnicottiana de doença, uma vez que a esta pessoa estariam vetados os seus processos criativos. A doença, então, funciona como um substituto para o ser, já que o indivíduo teve que reagir ao ponto de perder sua concepção de Eu.

III

Sujeito ou indivíduo?

Winnicott é considerado por muitos não somente um clínico, mas um pensador, o que o faz ser estudado por pesquisadores de diferentes áreas.

Atualmente, podemos dizer que há uma revisitação à obra de Winnicott, incluindo-se aqui o círculo psicanalítico, uma vez que os textos winnicottianos vêm ganhando uma maior atenção em sua complexidade e importância. Se no passado seu pensamento foi algumas vezes confundido com ideais culturais de adaptação, uma “releitura atual de sua obra tem contribuído para desfazer essa caricatura e para trazer ao debate um dos pensamentos mais originais, fecundos e inovadores que a psicanálise conheceu em seu primeiro século de existência” (Bezerra & Ortega, 2007, pág.8).

Apesar de seu estilo não acadêmico, não consideramos sua obra simples. Da maneira como a entendemos, achamos importante acrescentar a nossa exposição alguns pressupostos básicos para a sua compreensão. Estes pressupostos implicam numa reformulação de algumas concepções que carregamos em nossa formação e que se imprimem em nós como naturais e, como tais, ausentes de história. Dentre eles, destacamos a concepção de “sujeito”.

Iniciaremos nossas considerações a partir da colocação de um problema acerca do conhecimento que vem de longa data, delineando uma trajetória a fim de que possamos problematizar a diferença entre a concepção de ‘sujeito’, para Freud, e a de ‘indivíduo’, para Winnicott.

Houve uma época em que se acreditava estar o conhecimento submetido a uma boa análise contemplativa da realidade, uma vez que esta traria em si o essencial a ser percebido, numa total separação sujeito/objeto, ao mesmo tempo em que se supõe entre eles uma co-naturalidade, uma espécie de harmonia preestabelecida entre sujeito que conhece e objeto conhecido (Miller, 1997, pág.41). Para essa linha de pensamento, a verdade se constitui como uma espécie de adequação entre o conhecimento e algo, em si mesmo, incognoscível, havendo um referente (objeto conhecido ou a ser conhecido) e um sujeito que enuncia algo acerca desse referente.

A partir do século XVII uma nova concepção de conhecimento é inaugurada ao se introduzir uma diferença entre o objeto real e o objeto percebido: não vemos mais cores, mas ondas luminosas, por exemplo. O mundo quantifica-se, obrigando-nos a procurar a qualidade perceptiva na consciência daquele que percebe. A cor deixa de ser qualidade do objeto para tornar-se construção do sujeito. Dito de outra forma: a consciência tem o poder de engendrar representações. Estaria no sujeito a origem do conhecimento. O sujeito é

constituinte do conhecimento. Tudo o que é percebido é construído por nós. O sujeito é o fundamento do próprio conhecimento.

Interessa-nos apontar a singularidade desse sujeito que conhece: ele não é pessoal, mas transcendente e, enquanto tal, condição de possibilidade do conhecimento. Cabe, agora, precisarmos mais nossas afirmações: localizamos aqui um diferencial paradigmático ao qual podemos atribuir o advento da ciência.

Ciência e conhecimento distinguem-se, principalmente, pela primeira ser a própria engendrador de seus objetos, com a singularidade de que estes não mais correspondem a uma complementaridade do sujeito, à co-naturalidade entre eles. O discurso da ciência viria fundamentar exatamente essa relação complementar impossível, sendo esta a condição de sua emergência.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que a consciência engendra representações, estas não consistem a não ser por sua entrada em uma rede significativa. Haveria, por parte da ciência, uma distinção entre simbólico e imaginário, entre significativo e imagem, em que, em nome do simbólico, todo o imaginário é negado: aos valores imaginários dos movimentos dos astros, atribui-se a equação da gravidade, por exemplo.

A experiência empírica é retirada de cena, cada vez mais. A idéia de sujeito transcendente tem como princípio a suposição de que, no mundo, existem “significantes que se organizam, significantes que respondem a leis, mas esses significantes não estão relacionados com um sujeito que se expressaria por seu intermédio” (idem, pág.46).

A teoria psicanalítica freudiana, contemporânea do advento do discurso da ciência, traz as suas marcas: haveria representações que não derivam mais da consciência, representações *a priori* que conferem ao sujeito o estatuto de universal, a-histórico. Dito de outra forma: há significantes independentemente do sujeito, que se organizam segundo leis autônomas, sendo o sujeito um efeito do funcionamento de suas leis. Ou seja, segundo o viés psicanalítico freudiano, seriam essas representações que constituiriam o sujeito. A própria noção de inconsciente possui representações que Freud só consegue explicar pela

filogênese¹, após retirar de sua teoria todo o aspecto de realidade que lhe conferia no princípio, ao tratar do trauma na irrupção do sintoma histérico.

Ao perceber uma continuidade, uma repetição das histórias de sedução, Freud conjecturou, a partir do discurso histérico, o conceito de realidade psíquica, e criou, para o psiquismo, o formato de um aparelho com suas leis e regras segundo uma lógica do inconsciente. Algumas idéias e conceitos passaram a ser aplicados ao inconsciente de forma geral, tal como o conceito do complexo de Édipo e a idéia de castração. Uma espécie de purificação do conceito. A nossa questão é: podemos pensá-lo também de uma outra forma? O que significa afirmarmos o complexo de Édipo como uma invariante no inconsciente? Sim, *no* inconsciente, e não *do* inconsciente...

Não obstante a importância da teoria freudiana para o campo clínico, não nos aprofundaremos nessa questão além de pontuar, de forma resumida, a maneira como a realidade passou a ter importância crucial para uma reflexão acerca do sujeito dentro do pensamento psicanalítico. Este ponto nos é caro nesta pesquisa por permitir uma diferenciação em relação ao pensamento winnicottiano. Como parte do método utilizado nesta pesquisa, é pela filosofia que iniciamos nossa reflexão.

Foucault, em seu texto “Nietzsche, a genealogia e a história” (Foucault, 2002), nos dá importantes contribuições acerca da relação entre o sujeito e o saber. Para ele, o sujeito constituinte do conhecimento não existe *a priori*, sendo constituído nos domínios de um saber, o que nos permite falar não de um sujeito, mas de vários sujeitos, cujas condições de possibilidade são históricas, contingentes, e não universais, dando-se em um lugar, em um momento datado – o espaço e o tempo deixam de ser elementos do sujeito para serem elementos da própria experiência. Trata-se, portanto, de uma crítica ao sujeito transcendente.

A psicanálise freudiana, constituindo-se como um saber, falaria, então, de *um* sujeito cuja compreensão torna-se insuficiente se a isolamos de outros processos que interferem na constituição subjetiva, e, aqui, nos referimos à constituição tanto da psicanálise como um saber, quanto de seu objeto que é, curiosamente, o sujeito. Para esta teoria, a castração, efeito do complexo de Édipo,

¹ O que queremos destacar é a presença de universais na teoria freudiana; por nos interessar apenas a título de introdução, a explicação filogenética para invariantes inconscientes universais no que tange a teoria freudiana não será aprofundada nesta pesquisa.

seria um processo de subjetivação, único possibilitador da entrada do indivíduo na cultura, única via pela qual há uma emergência do sujeito.

A partir desse pensamento, poderíamos concluir: a cultura é, em sua essência, repressiva, por ser constituída de subjetividades castradas, o desejo sempre interdito, num rebatimento da esfera social em coordenadas individuais. Não há contingência no inconsciente – sob a forma de um aparelho, este funciona segundo suas regras próprias.

Retornando ao pensamento foucaultiano, podemos estabelecer sobre este sujeito da psicanálise um outro olhar. E assim, o sujeito, castrado, deixa de ser condição *sine qua non* para formações culturais, sendo, ao contrário, efeito de uma determinada cultura. Não há, para esse pensamento, uma condição essencial de subjetivação. E, assim, podemos abandonar a categoria de “sujeito” em prol da idéia de “processos de subjetivação”.

A concepção de origem, de verdade, de essência, não mais interessa por falsear toda produção histórica. Deixamos de falar em categorias universais para problematizarmos as condições de emergência de uma determinada forma de conhecimento. Partindo desse ponto, certas perguntas são possíveis: por que a psicanálise ganha corpo num determinado momento da história? Que forças possibilitaram a sua emergência e que forças constituíram o inconsciente tal como Freud propõe?

Porque, se falamos em condições de emergência, estamos falando de lutas, batalhas, que dão a alguma coisa certa visibilidade num dado momento. Não negamos o inconsciente freudiano, mas devemos, no lugar de aceitá-lo com universal, problematizar as suas condições de possibilidade. Freud, em sua fantástica tarefa de arqueólogo, soube, como ninguém, apontar os nós de uma subjetividade historicamente produzida. Propomos uma caminhada em direção a alguns fios que se desprendem deste emaranhado.

A própria idéia de castração nos permite diferentes olhares. Para Freud, ela se relaciona diretamente com o processo de formação subjetiva. Podemos ampliar nosso foco de análise se a pensamos como parte de um processo de produção de subjetividade, retirando-a da categoria de universal para problematizarmos as suas diferentes composições.

Ao falarmos em subjetividade, queremos valorizar o seu aspecto mutável a partir do agenciamento considerado, não sendo esta característica de um sujeito,

mas pertencente a um campo muito mais vasto de processos semióticos. Concordamos com Melo quando diz que a subjetividade refere-se ao “funcionamento conjunto das faculdades fisiológicas e psíquicas”. Ele continua: “Assim, falamos das sensações, das percepções, das ações, das reações, do pensamento, da inteligência, dos reconhecimentos da memória, enfim, dos modos habituais do nosso corpo se relacionar consigo próprio e com o que o cerca” (Melo, 2005, pág.21). Como consequência, a emergência da subjetividade castrada seria um efeito de forças que extravasam o indivíduo.

Esta breve incursão no pensamento freudiano tem como objetivo muito mais suscitar do que responder questões. Apesar de seguir um caminho bem diferente, Winnicott não deixa de se referir a ele de forma muito respeitosa, jamais anulando-o. Suas diferenças não são excludentes entre si. Porém, achamos importante pontuar alguns aspectos sobre a maneira como a produção subjetiva aparece na obra de cada um desses autores, principalmente no que tange a sua relação com a realidade externa, ou, também podemos dizer, com a cultura. A despeito da importância da obra freudiana, esta breve introdução basta para os objetivos desta pesquisa², que consiste, no entanto, num aprofundamento desta questão na teoria winnicottiana.

Winnicott não usa o termo ‘sujeito’. É sempre de um indivíduo que ele fala. E isso não é simplesmente uma questão de termos. Caminhamos, agora, mais uma vez com Foucault que, em seu livro “A verdade e as formas jurídicas”, nos oferece importantes ferramentas para pensarmos a operação que provoca essa terminologia dentro da teoria winnicottiana, segundo nossa compreensão.

Inicialmente, Foucault procede a uma espécie de contextualização, a qual achamos muito pertinente aos nossos propósitos. Interessa a ele responder de que maneira puderam se formar domínios a partir de práticas sociais. E, assim, criticando uma linha pensamento na qual a compreensão de sujeito obedece à idéia de que ele é constituído *a priori* em relação ao contexto no qual está inserido, ele nos conduz à tese de que o sujeito tem uma história, assim como também a tem o sujeito de conhecimento e a sua relação com o objeto. Donde se conclui que não existe a Verdade, mas verdades, que são construções inundadas de história.

² Para um aprofundamento deste assunto, cf. Gomes, 2005.

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir (Foucault, 1996, pág.10)

Para Winnicott, o ambiente exerce importância fundamental durante toda a existência do indivíduo. Inicialmente nos cuidados da mãe para com seu bebê, o ambiente é ampliado para a família e depois para o contexto cultural. Não é possível, em sua teoria, pensar a constituição subjetiva fora da história na qual está imerso o indivíduo, desde o seu nascimento. Um indivíduo que, como descreve Benilton Bezerra, não se restringe ao campo das significações partilhadas. O indivíduo de Winnicott é constituído por afetos, estranhezas, êxtases, compulsões, impulsos e deleites que muitas vezes não se consegue descrever inteiramente em palavras ou frases; há, enfim, toda a variada gama de expressões da vida que indiscutivelmente caracterizam aquilo que chamamos de experiência subjetiva (Bezerra, 2001).

E isto sempre foi assim. E, se consideramos a experiência subjetiva atravessada pelo contexto cultural, econômico, social e histórico, devemos supor que ela sofre variações. Dessa maneira, as subjetividades se transformam; logo, é natural que seus padecimentos também sofram transformações. Vivemos e padecemos diferentemente, de acordo com o ambiente no qual nos encontramos inseridos. Somos constituídos por afetos e deleites que não emergem à parte do ambiente. No entanto, um ambiente que, a despeito de sua importância, não é o único determinante em nossa constituição.

Percebemos que é pelo meio que devemos pensar: não somos definidos *a priori*, pois há algo de externo que exerce influência em nossa constituição; ao mesmo tempo, não somos determinados pela realidade externa – esta pode facilitar ou não o desenvolvimento de condições que nos são inerentes sendo, portanto, fundamental.

Como nos diz Foucault, “à solenidade da origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções” (Foucault, 1996, pág.16). Em lugar de uma essência, a

diferença: somos constituídos diferentemente do que eram nossos antepassados. Vivemos e desejamos de outra maneira; nem melhor nem pior, mas diferente. Ao levarmos em conta o ambiente, temos que respeitar as diferenças a fim de que não se sucumba à facilidade dos julgamentos morais, calcados em valores e dicotomias sobre o que é bom e o que é ruim, o certo e o errado, e por aí vai.

Da maneira como compreendemos o pensamento winnicottiano, acreditamos que, ao preferir o termo ‘indivíduo’ a ‘sujeito’ ele nos possibilita nos apropriarmos de sua teoria sob o viés crítico de um caráter essencial atribuído à natureza humana, o que se faz principalmente pela sua inserção na cultura. Sob este viés, o que nos aparece é uma riqueza inerente aos processos de constituição subjetiva, os seus processos criativos, que realçam uma multiplicidade no lugar de dualismos.

A contemporaneidade de Winnicott em relação a Freud nos permite avaliar a crítica de Foucault: não existe “A Verdade”, mas verdades construídas, com seus atravessamentos e bifurcações. O fato de termos diferentes teorias acerca da constituição subjetiva não quer dizer que exista “A Teoria”, em relação a qual todas as outras devam ser invalidadas. No entanto, há que se pensar nos efeitos de nossas práticas a partir dos referenciais adotados. Da mesma maneira, a eleição de uma Verdade nos remete a uma busca constante dos referenciais que a justificam, numa visão reducionista fechada à complexidade.

IV

Uma obra aberta:

Outro pressuposto que pretendemos abordar é a característica anti-dicotômica do pensamento winnicottiano. Compreender Winnicott só se faz possível através da abertura do pensamento para o paradoxo, este uma característica de sua obra. Aceitar o paradoxo é afirmar dois sentidos ao mesmo tempo, sentidos estes que, a princípio, nos aparecem como contraditórios. O paradoxo sempre vai nos dois sentidos ao mesmo tempo, não se fixando nem em um, nem no outro.

A partir de “Alice”, de Lewis Carroll, Deleuze nos fala acerca do paradoxo:

Quando digo “Alice cresce”, quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela se torna menor do que é agora. Sem dúvida, não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Mas é ao mesmo tempo que ela se *torna* um e outro. Ela é maior agora e menor antes (Deleuze, 2003, pág.1. Grifos do autor).

Nesse caso, não é se ela ficou maior ou se era menor o que importa, mas o processo, que é “crescer”. Crescer é justamente o que não é palpável, não é dizível nem visível, mas é o que provoca a transformação. Crescer é o que está entre “menor” e “maior” e que não é passível de representação.

Winnicott é um pensador do paradoxo. Essa característica se presentifica em muitos momentos de sua obra: pelo matiz fortemente antidualista de sua teoria, no qual podemos citar como exemplo o desmonte das fronteiras rígidas entre o psíquico e o somático, assim como por uma recusa de uma separação ontológica entre o indivíduo e seu meio (Bezerra & Ortega, 2007, pág.9) cujo resultado é uma valorização dos processos que acontecem nesse ‘entre’ e que são apresentados sob a rubrica dos fenômenos transicionais e da localização da experiência cultural. Além, é claro, dos próprios paradoxos por ele formulados acerca da experiência. É o que acontece quando ele se refere a um objeto que não é nem subjetivo ou objetivo, e que é simultaneamente subjetivo e objetivo, por exemplo (Luz, 2007, pág.19). É nesse momento que seu texto nos faz pensar, convocando “o leitor a exercer uma nova modalidade de pensamento” (idem, pág.20).

Ler Winnicott é experimentar uma certa estranheza; algumas vezes, acompanhada de uma sensação de vertigem, que nos faz retornar diversas outras vezes aos textos, na busca pelas respostas que procuramos. Sentimos que algo escapa e, como num ritornelo musical, retornamos. E, a cada repetição, uma diferença se instaura.

O próprio ato de escrever pode ser um esforço que fazemos de colocar em palavras algo que, em si, não é representável. Escrever é, nesse sentido, lançar-se rumo ao que não tem forma, ao indeterminado, ao ilimitado, ao qual é preciso retornar através da leitura. Como nos diz Rogério Luz,

o sentido não está, portanto, presente no original como um caroço na fruta, ou como uma realidade substancial de que as formas expressivas seriam meros atributos. O indeterminado é o sentido, cuja ausência atrai e fascina o original e sua tradução. O sentido é o que, uma vez ausentes mundo e sujeito *na obra*, obriga a

pensar, a fazer e a *tomar forma*. A tradução encontra-se com o texto a traduzir neste ponto de fuga infinita (Luz, 2007, pág.14. Grifos do autor)

“O sentido é aquilo que não está nem pode estar *dado*, que vai além do dado” (idem, grifos do autor). O próprio sentido é paradoxal, na medida em que, segundo Luz, ele adere e escapa, simultaneamente, à língua e à sensibilidade que o convocam. Uma obra aberta está sempre pronta a dizer outra coisa, e outra mais, alheia às determinações objetivas ou subjetivas causando, por esse motivo, estranhamento.

Neste procedimento de escrita, a palavra não representa algo já dado, um sentido determinado. Ela não está imersa na realidade objetiva nem, tampouco, na realidade subjetiva daquele que escreve. Fora do registro da representação, a palavra permite que algo se apresente ao leitor/tradutor através de processos criativos que emergem deste encontro, criando dobras no texto, permitindo ao pensamento pensar.

A escrita de Winnicott se aproxima, então, desta escrita de arte, pois tem a ver com a tarefa de configurar o que não tem figura: a clínica de Winnicott, por aproximar-se mais da brincadeira do que de uma sistematicidade, encontra-se também em sua forma de escrita, ao favorecer mais as transições do que as coerências. Dessa maneira, concordamos com Luz quando ele diz que

a definição do que é um texto não se esgota no exame de seus componentes, sejam eles elementos de expressão ou de conteúdo. Um terceiro elemento deve ser considerado: entre o dizer e o que se tem a dizer aparece aquilo que, para o texto, significa pensar. (...) O pensamento – tal como, nesses termos, pode-se evocá-lo nos textos de Winnicott – é, portanto, o movimento que acompanha o texto para reduplicá-lo. Trata-se não de um espelhamento, mas de um funcionamento: ato que desdobra no texto o espaço para uma experiência de leitura. Esse espaço funciona como a alteridade do texto no interior do próprio texto (ibidem, pág.19)

Entre o que é dito e o modo de dizê-lo há um hiato, espaço aberto no qual pensar se faz possível; o texto de Winnicott deve ser entendido como uma obra aberta que, por isso, se oferece como um lugar para a experiência, “um vazio que pode ser preenchido por uma experiência de pensamento” (ibidem, pág.20). Sua escrita, fragmentada, apresenta-se paradoxalmente como expansão e síntese de seu pensamento.

O paradoxo, então, se apresenta na escrita para abordar o paradoxo vivido – este não deve ser resolvido, mas deve ser sustentado. Sua resolução cai, invariavelmente, nas afirmações dicotômicas, dualistas, às quais nos referimos anteriormente. O viver, complexo, escapa às amarras de uma condição que o reduziria a um subjetivismo ou a um realismo; paradoxal, nos convoca a um mergulho no que não conhecemos. Como nos diz Clarice Lispector, “não procure entender; viver ultrapassa qualquer entendimento”.

Relacionar poesia à obra de Winnicott, não é nada novo. Benilton Bezerra (2007, pág.58), evocando Thomas Ogden, nos fala de uma indissociabilidade entre estilo e conteúdo na obra winnicottiana. Apresentando-se sempre na forma de artigos, geralmente curtos, eles se apresentam com uma linguagem simples, um tom de conversa, na qual o autor se faz presente no texto.

No entanto, não é difícil percebermos um manejo cuidadoso dos conceitos. Esta combinação tem como efeito estimular não só o raciocínio do leitor, como também a sua imaginação. Desta maneira, Ogden aproxima a escrita de Winnicott à poesia, defendendo que deveríamos lê-lo em voz alta, como a um poema. Sendo assim, tal como é próprio ao movimento do curso poético, não escapamos ilesos a uma leitura de Winnicott.

Para terminar, transcrevemos uma frase de Rogério Luz: “Ora, a escrita winnicottiana, por sua forma coloquial, assistemática e fragmentária, é também um espaço de experiência que dá a ver o jogo do inconsciente no interior mesmo da teoria”.

2.2

Da relação ao relacionar-se: uma trajetória

*Para que os bebês se
convertam, finalmente, em adultos
saudáveis, em indivíduos
independentes, mas socialmente
preocupados, dependem totalmente de
que lhes seja dado um bom princípio,
o qual está assegurado, na natureza,
pela existência de um vínculo entre a
mãe e o seu bebê: amor é o nome*

desse vínculo. Portanto, se você ama o seu filhinho, ele estará recebendo um bom princípio.
(Winnicott, D.W., 2008, pág.17)

A seguir, daremos uma panorâmica da trajetória que iremos percorrer. O tema que abordaremos neste capítulo refere-se a uma importante área da obra de Winnicott: a sua formulação sobre o desenvolvimento emocional. Dessa forma, procederemos a uma investigação acerca dos processos envolvidos considerando uma certa linha evolutiva, indo do nascimento (ou até mesmo um pouco antes) até o momento em que o indivíduo³ pode ser considerado uma unidade, ou uma pessoa total. Acreditamos que, assim, podemos compreender a maneira pela qual somos constituídos subjetivamente.

Esta maneira de apresentar o tema é meramente uma questão didática, pois, embora estejamos falando em desenvolvimento e em processos que acontecem gradual e progressivamente, o fato de ocorrerem num determinado período da vida de um indivíduo não impede que certas circunstâncias façam irromper processos que, por princípio, já tinham sido ultrapassados. Ou seja, os estágios aqui tratados não cessam de acontecer ao longo de nossa existência. Sendo assim, não é possível atribuir a eles uma linha evolutiva segundo a qual cada etapa do desenvolvimento seria substituída pela seguinte.

Iniciaremos nossa exposição pela relação mãe/bebê no período em que existe uma dependência total do bebê para com a mãe. Este é um período inicial cujo desdobramento é uma gradual independência do bebê. Abordar os processos que envolvem a mãe e o bebê nessa situação tão especial é tratar de acontecimentos presentes antes mesmo do nascimento a termo. Receber a notícia de uma gravidez é algo que provoca, inevitavelmente, uma transformação ao nível subjetivo nos envolvidos na situação, seja ela positiva ou negativa. A partir disso, algo se inscreve no corpo e na vida dessas pessoas, com destaque para a mãe que acaba de nascer.

O natural é que esta relação se intensifique com o tempo, com a presença deste novo ser se tornando cada vez mais dominante. Já podemos falar em marcas que se fazem presentes desde este momento, tanto na mãe quanto no bebê, pois já existe entre eles uma interação, ainda que precoce. O bebê, que ainda é um feto,

³ Para uma melhor compreensão das implicações do termo “indivíduo”, ver 2.1, pág.40.

interage com o ambiente no qual se encontra, sendo sua relação com ele de grande importância para sua constituição. Sendo assim, a maneira como este ambiente a ele se apresenta deve ser abordada cuidadosamente, pois a partir disso já é possível falarmos em criatividade ou reação por parte do bebê em relação a este ambiente. Desta forma, podemos dizer: já existe um ser que interage com um outro.

Da mesma maneira, a experiência do nascimento tem grande significância para a constituição subjetiva do bebê. Ela não necessariamente é traumática, pois tanto a mãe quanto seu bebê estão biologicamente prontos para este momento e, se tudo correu bem, também devem estar psicologicamente preparados. Quando não é traumática, o bebê sente os movimentos do corpo de sua mãe como uma extensão de sua própria compreensão acerca de si e, assim, ser expelido para fora do ventre de sua mãe acontece como se fosse um ato seu. Isso não interrompe a sua sensação de existência, e ele pode, então, “continuar a ser” mesmo num ambiente totalmente diferente. Este período que envolve a gravidez até o nascimento será o próximo tema deste capítulo.

As mudanças que ocorrem na mãe durante o período da gravidez também são muito importantes. Gradativamente, se é saudável, acontece a ela algo que, salvo esta situação, é similar a um surto esquizóide: ela se volta cada vez mais para este ser prestes a nascer. Winnicott chamou a este fenômeno de “preocupação materna primária”. Essa transformação subjetiva da mãe é essencial para que ela possa dedicar-se satisfatoriamente a cuidar de seu filho.

Falamos da mãe e sua função de cuidar suficientemente bem de seu filho, mas nem sempre esse papel cabe a ela. É claro que ela, a princípio, é a pessoa mais indicada, mas variações podem ocorrer nessa constelação sem causar danos aos envolvidos. Como nos diz Winnicott no livro “A família e o desenvolvimento individual”, “o cuidado materno transforma-se num cuidado oferecido por ambos os pais, que juntos assumem a responsabilidade por seu bebê e pela relação entre todos os filhos” (Winnicott, 1958a, pág.130).

Além da mãe e do pai, é possível que outras pessoas possam vir a ocupar esse lugar do cuidado satisfatório, desde que possam desenvolver uma especial capacidade de se importar com aquele que será cuidado. Logo, sempre que nos referirmos à mãe em relação aos cuidados prestados a seu filho, estaremos falando, também, do conjunto de pessoas capazes de atingir este estado especial e

que, por algum motivo, assumem essa função. É claro que, como o próprio Winnicott nos aponta, a mãe é a pessoa mais indicada para essa situação; mas, nem sempre isso é possível.

Como já pudemos perceber, o papel do “outro” é muito importante para a teoria winnicottiana. Sendo assim, é nesse momento inicial de nossas vidas que o outro assume importância vital para nós a fim de que possamos nos constituir como pessoas separadas desse outro – o que pode parecer contraditório neste primeiro momento, mas que deve ficar claro com o desenvolvimento do texto. O papel desse outro cabe à mãe e aos cuidados maternos. A relação mãe/bebê deve, então, ser o nosso assunto seguinte. O bebê não existe sem os cuidados de outra pessoa, e a maneira como esses cuidados serão ministrados influenciará diretamente na constituição subjetiva deste bebê que acaba de nascer, assim como nos processos de criação.

A fim de proporcionar um ambiente que seja suficientemente bom, a mãe deverá, primeiramente, estar envolvida na situação a partir de sua ‘preocupação materna primária’, ou seja, ela deverá estar a tal ponto identificada com seu bebê que conseguirá “adivinhar” suas necessidades, não lhe oferecendo nem mais nem menos que o necessário para aquele momento, mas o suficiente para a situação. Esta identificação é essencial, pois neste momento a dependência do bebê em relação ao ambiente que o circunda é absoluta. Ao proporcionar ao bebê um cuidado suficientemente bom, a mãe possibilita que suas características inatas possam se desenvolver. O conceito winnicottiano de “mãe suficientemente boa” se aplica aqui.

A mãe, então, empresta seu ego para que o ego do bebê possa crescer e se fortalecer, e ele possa, então, continuar a ser. Já podemos perceber o quão difícil é esta tarefa, que exige uma doação quase total da mãe neste primeiro momento. E ela não conseguiria dar conta disso se não houvesse, ao seu entorno, um ambiente que dela cuidasse, representado principalmente pelo seu companheiro. É claro que variações existem, principalmente nos dias atuais, com novas configurações parentais, incluindo as monoparentais. No entanto, neste texto, não entraremos neste âmbito; seguiremos fiel ao pensamento winnicottiano. Até mesmo porque para a relação mãe/bebê que emerge deste encontro, há algo que não pode ser datado – o que podemos submeter a essa análise são os efeitos das novas configurações existenciais nessa relação, mas a relação é primordial.

Em seguida, esboçaremos a maneira pela qual o bebê se constitui subjetivamente, desde o seu relacionamento inicial com a mãe até sua interação com a realidade externa. Assim, iniciamos pela relação do bebê com sua mãe, marcada pelo “amor primitivo”, na qual se destaca o papel da “ruthlessness” do bebê em relação a sua mãe e do ódio da mãe em relação ao bebê.

Este momento é crucial para a emergência da capacidade de se preocupar (chamada por Winnicott de “*concern*”) do bebê, que é um estágio do desenvolvimento no qual ele já tem conhecimento das consequências de seus atos, assim como de sua mãe como uma pessoa separada dele mesmo. Abordaremos esses processos ao falarmos da transição de um estado de não-integração para outro, no qual o bebê já está integrado.

O estágio do “*concern*” tem como principal característica o desenvolvimento de uma preocupação por parte do bebê em relação aos objetos que sofrem seus ataques. Como o bebê está no caminho para tornar-se um indivíduo, uma pessoa, ele passa também a perceber aqueles que estão à sua volta enquanto tal.

A criança passa a viver sua culpa relativa às idéias e impulsos destrutivos e realiza reparações à medida em que consegue reconhecer, tolerar e conter o sentimento de culpa. Ao realizar a reparação, é como se doasse algo unicamente seu; o bebê, então, cria; logo, é importante para os processos de criação que ele possa experimentar e arcar com as consequências de seus impulsos destrutivos ou, caso contrário, seu potencial criativo estará anestesiado.

Para que isso aconteça, a mãe também deve estar apta a viver tais impulsos ou, também podemos dizê-lo, o seu ódio pelo bebê. Uma mãe saudável é aquela que odeia o seu bebê e, mesmo assim, o ama o suficiente para que possa experimentar esse ódio sem nada fazer contra o seu filho; e continua amando-o, intensamente. O inverso disso é uma mãe deprimida, que vive a culpa por não conseguir lidar com tais sentimentos. Dessa maneira, ela toma para si a responsabilidade de algo que é inerente à natureza humana. Identificando-se com sua mãe deprimida, o bebê se encontra impossibilitado de reparar e, portanto, de criar.

Em seguida, mostraremos como o ambiente (ou mãe) suficientemente bom (ou boa) possibilita a constituição subjetiva a partir da relação do bebê com o mundo. Este momento está totalmente articulado aos processos criativos do bebê.

Isso acontece gradualmente e está relacionado com uma crescente desadaptação da mãe em relação a seu bebê. Dito de outra forma: há um vetor crescente das falhas da mãe em seu cuidado, que deve estar em consonância com a capacidade do bebê para lidar com elas.

É através do trabalho intelectual que o bebê pode transformar as falhas do ambiente em algo aceitável e tolerável, valendo-se disso para sua própria constituição subjetiva. Por último, abordaremos o que acontece quando os cuidados prestados não são suficientemente bons e o bebê é forçado a ter uma hiperatividade mental a fim de lidar com estas intrusões traumáticas de um ambiente invasivo: o fenômeno de formação de uma mente separada do psicossoma e que o domina, denominado de “psique-mente”.

Se o bebê está impedido de realizar processos criativos, ele estará, inevitavelmente, sujeito a uma pobreza constitutiva de seu ser, com uma significativa ausência ou empobrecimento da relação com a realidade externa que varia em grau e intensidade, provocando diferentes efeitos na subjetividade do indivíduo. Este processo está diretamente vinculado aos cuidados prestados ao bebê desde o início de sua vida, por uma mãe que, ao viver a relação com seu bebê, pode ou não ser suficientemente boa.

2.3

Os primórdios da relação

Atualmente é fato que, antes mesmo do nascimento, já existe uma interação entre aquele ser que está prestes a habitar nosso mundo e os que por ele aguardam, interação esta que se dá de diferentes formas, seja ela boa ou ruim. Esse fato é cada vez mais influenciado pelo avanço das técnicas relacionadas ao período pré-natal, através das quais já é possível vermos os movimentos, acompanhar o desenvolvimento e ver o rostinho ainda durante a gravidez, por exemplo.

No entanto, para o pensamento psicanalítico, este fato decorre de longa data. Winnicott, Ferenczi e Freud, por exemplo, intuíram o que o aparato técnico de sua época não podia oferecer. “Há muito mais na continuidade entre a vida intrauterina e a primeira infância do que a impressionante cesura do ato do nascimento nos teria feito acreditar” (Freud apud De Leo, 2005, pág.47).

Citando os pesquisadores Trevarthen e Alvarez, De Leo nos fala de um certo tipo de comunicação intrauterina do bebê com a mãe, na qual ele é responsivo aos sinais fisiológicos emitidos pelo corpo materno, o que o faz, dentre outras coisas, reconhecer a voz materna já a partir do nascimento, através da aprendizagem no útero das características prosódicas identificadoras (idem).

A fim de que possamos abordar a relação mãe/bebê segundo o pensamento winnicottiano, devemos levar em consideração esta interação, ainda que precoce. Apesar de ainda não haver toda esta parafernália técnica em sua época, Winnicott foi sensível aos fenômenos que pertencem a este momento especial, e que envolvem não só a mãe, mas a dupla parental e, provavelmente, outros familiares. No entanto, a mãe (ou aquela pessoa responsável pelos cuidados) recebe papel de destaque, principalmente neste momento em que o bebê se encontra em seu ventre, por uma série de razões que serão abordadas no decorrer do texto.

Antes do nascimento, o bebê se encontra em um determinado ambiente (o ventre de sua mãe) e sua relação com ele é de grande importância para o desenvolvimento ou não de aspectos relacionados à constituição de sua subjetividade, ou seja, já nessa fase é possível pensarmos em potenciais, pertencentes, de uma forma geral, a todo ser vivo.

Ainda que seja um período inicial, já existe um intercâmbio entre o que podemos designar como “dentro”, e que engloba o desenvolvimento do bebê em sua vida intrauterina, e o “fora”, representado pelo ambiente que o circunda – neste momento, o corpo da mãe. É possível, inclusive, falar em criatividade. Trata-se de um ambiente cheio de estímulos e que pode se apresentar ao bebê de diferentes maneiras, provocando estados nos quais o bebê se relaciona com ele criativamente ou, ao contrário, deve reagir a este ambiente que aparece como intrusivo.

Podemos encontrar este pensamento também na filosofia. Gilbert Simondon, filósofo francês dos idos anos de 1960, nos dá importantes contribuições, a partir de outro viés que não a relação mãe/bebê acerca das relações que se instalam nos processos de constituição e seus processos decorrentes. Para tal, ele analisa desde o mundo físico ao mundo subjetivo. Segundo o filósofo, o ser vivo não é só adaptativo, mas ele resolve problemas e é capaz de modificar sua relação com o meio, além de modificar a si próprio, inventando novas estruturas internas (Simondon, 2003). Desta maneira, apesar de

ainda não estar constituído enquanto uma pessoa, subjetivamente falando, o bebê é um ser vivo que, em sua relação com o meio, modifica-se e provoca efeitos.

Mesmo que ainda não haja, ali, um indivíduo constituído, já se pode falar na construção de uma memória pré-verbal nesse ser sem consciência, sem um estado de unidade ou de identidade, que vai fazer parte de sua subjetividade. Winnicott destaca nesse momento a presença de certa agressividade que se apresenta na forma de motilidade. É através dela que processos criativos acontecem, numa descoberta desse pequeno mundo pelo bebê, que o explora através de seus movimentos. Tudo acontece a fim de que o bebê viva um tipo de experiência, a qual Winnicott trata como uma “continuidade de ser”. Caso contrário, o ambiente se faz presente e, então, o bebê reage ao que é experimentado por ele como uma intrusão.

“A motilidade é uma característica do feto vivo”, nos diz Winnicott num artigo seu datado de 1958 (Winnicott, 1958b, pág. 17). É fácil verificarmos essa informação – basta olhar os movimentos de um bebê prematuro numa incubadora para termos uma idéia do que seja o feto no útero pouco antes de nascer. Mais tarde a motilidade dará lugar à agressividade, esta fundamental aos processos que envolvem a criatividade e as relações da criança com o mundo externo.

Da mesma maneira podemos falar sobre o evento do nascimento. De acordo com Winnicott,

o desenvolvimento emocional tem lugar desde o princípio; num estudo da evolução da personalidade e do caráter é impossível ignorar as ocorrências dos primeiros dias e horas de vida (e mesmo do último estágio da vida pré-natal, no caso de crianças pós-maturas); e até a experiência do nascimento pode ser significativa (Winnicott, 1958b, pág.3)

O nascimento não necessariamente deverá ser um momento traumático. Para Winnicott, durante todo o período de gestação o bebê vai adquirindo condições de experimentá-lo e, biologicamente, ele está preparado para este momento. Isto é: existe uma configuração de um estado de coisas na hora do parto que leva a uma mutualidade entre o bebê e o corpo da mãe que faz com que tudo pareça pertencer à experiência de ser do bebê.

Dessa forma, ele sente como se o fato de ser lançado ao mundo fosse uma criação sua, e não uma intrusão do ambiente. Não há uma interrupção em sua

experiência de vida e ele pode, então, continuar a ser. No entanto, um parto difícil, por exemplo, pode afetar profundamente o estado da criança recém-nascida influenciando o seu potencial inato de agressividade, pois pode provocar um grau extremo de reação. Nesse caso, algo se rompe, e o bebê deixa de lado seu processo criativo para reagir a este ambiente, com o intuito de continuar vivo.

Quando a mutualidade acontece, ela não se faz somente em termos biológicos. Neste período, uma mãe saudável já se encontra envolvida no fenômeno denominado por Winnicott de “preocupação materna primária” e, assim, ela se deixa envolver, da mesma maneira que o bebê, pelo processo do parto. Este dado é importante, porque corrobora a idéia de que só é possível compreendermos os processos que envolvem estes momentos iniciais e cruciais no desenvolvimento emocional se priorizamos a relação existente entre os seres que dela participam.

Não se trata de falar do bebê como uma pessoa, mas já existe um ser humano. O que há é um bebê no ambiente materno, com todos os fatores nele envolvidos, ou seja, não podemos pensar no bebê como alguém separado de sua mãe. Assim como uma mãe só se faz mãe em relação ao seu bebê. Aqui nos referimos a toda uma outra configuração subjetiva que emerge a partir desta relação, e que Winnicott aborda a partir de seus conceitos de “preocupação materna primária”, “mãe devotada comum” e “mãe suficientemente boa”.

Os termos desta relação (simplificadamente falando, eles são a mãe e o bebê) não são imunes a ela (à relação), ou seja, eles serão, a partir de então, constituídos por ela. É assim que, paradoxalmente, não podemos falar em termos, uma vez que eles não pré-existem à relação, mas estão em pleno processo de constituição de si. Como nos diz Simondon, “a relação não surge entre dois termos que já seriam indivíduos” (Simondon, 2003, pág.106).

Sendo assim, ambos são afetados pela relação e, dessa maneira, já é possível ao bebê constituir uma memória, esta ausente de representações, pré-verbal, chamada por Winnicott de “memória corporal”. É a partir desta memória que será possível ao bebê a experiência de continuidade de ser após o nascimento, através do contato com a pele de sua mãe, sua voz, assim como o carinho e o amor que envolvem esse toque, através do gesto cuidadoso da mãe com o corpo do seu bebê.

Estes efeitos encontram-se também na constituição corporal e, se pretendemos seguir com Winnicott, devemos considerar que existe um prolongamento do físico no psíquico e vice-versa. Dessa forma, os efeitos gerados pela situação do nascimento são efeitos que incidem sobre a constituição psíquica arcaica do recém-nascido (De Leo, 2005, pág.31). Da mesma maneira recebem importância os fenômenos englobados pelo cuidado que o bebê receberá, cuidados estes que, inicialmente, são prioritariamente físicos e, portanto, fundamentais para a constituição psíquica deste indivíduo que acaba de nascer.

A seguir, transcrevemos uma citação de Winnicott que resume, de forma clara, o que tentamos descrever:

É inteiramente possível afirmar que não existe qualquer conhecimento preciso quanto aos efeitos do processo de nascimento sobre o bebê que está nascendo. (...) Muitos poderiam argumentar que não é possível existir esse efeito, já que o bebê ainda não está ali na condição de um ser humano a ser afetado. O ponto de vista que estou adiantando aqui é o de que no momento do nascimento a termo já existe um ser humano no útero, capaz de ter experiências e acumular memórias corporais e até mesmo organizar defesas contra possíveis traumas (como a interrupção da continuidade do ser pela reação contra intrusões do ambiente na medida em que este falha na sua missão de se adaptar) (Winnicott, 1990, pág.165).

Convém, neste ponto, abordarmos a idéia de afeto, pois, por ser uma palavra de uso comum, encontra-se plena de significações. Numa intercessão com a filosofia nos aliamos a Deleuze e sua formulação sobre a “*affectio*”, de Spinoza. E, aqui, temos duas intercessões: a de Deleuze e Spinoza, e a de Winnicott e Deleuze segundo nossa compreensão de Winnicott.

No livro “Crítica e clínica”, num texto intitulado “Spinoza e as três éticas”, Deleuze nos fala belamente sobre o afeto a partir de sua leitura da “Ética”, principal obra de Spinoza. Para o filósofo francês, um encontro entre corpos sempre produz um efeito. Assim ele nos diz sobre o afeto: “o vestígio de um corpo sobre outro, o estado de um corpo que tenha sofrido a ação de um corpo sobre outro” (Deleuze, 2004, pág.156) – isto é uma *affectio*.

A um efeito de um corpo sobre o nosso, seja este corpo uma palavra, uma pessoa ou um vento, respondemos através de idéias, sensações ou percepções. Dessa forma, além do efeito instantâneo de um corpo sobre o nosso, também há um efeito que se prolonga em nossa existência, nos preenchendo ou dando uma

sensação de vazio, nos dando alegria ou nos deixando tristes, nos potencializando ou, ao contrário, nos retirando de nossa potência de agir.

Dessa forma, mãe e bebê são afetados e afetantes na relação. Há algo neste encontro que atravessa ambos e que está fora do controle intencional. É assim que se constitui o bebê, por algo que o afeta e o potencializa, como por exemplo, o reconhecimento da voz de sua mãe depois do nascimento, conduzindo-o a uma experiência de continuidade de ser; ou ao toque quente no contato com sua pele, que o preenche com seu calor; enfim, são inúmeros os exemplos que poderíamos encontrar.

Da mesma forma, o nascimento de um filho provoca, em ambos os pais, reconfigurações subjetivas. Principalmente na mãe, que vive o processo de gravidez. Nesta incipiente, mas não menos importante, relação, é inevitável que haja uma mobilização intensa de sua economia psíquica, que vai produzir efeitos no ato de cuidar de seu bebê. Isso porque toda mãe já foi, um dia, bebê, e o fato de cuidar de seu filho mobilizará aspectos relacionados ao modo como ela foi, um dia, cuidada. Não raramente encontramos quadros pós-puerperais, que variam entre uma tristeza e, num grau mais elevado, uma psicose puerperal.

É claro que se trata de um quadro complexo, devendo cada caso ser analisado individualmente, mas o fato de ter sido submetida aos cuidados maternos um dia deve ser, dentre outros, levado em conta. É possível que essa mãe repita com seu bebê algumas características da maneira pela qual ela própria foi cuidada. Por esse e outros tantos motivos, a função da mãe em sua tarefa de cuidar de seu filho merece que nos debruçemos, cuidadosamente, sobre ela.

2. 4

A função da mãe e a maternagem suficientemente boa: os cuidados essenciais e a constituição subjetiva

A seguir, daremos destaque à constituição de uma subjetividade outra naquela que possui um papel fundamental no desenvolvimento emocional primitivo: a mãe. Apesar de valorizarmos os acontecimentos a partir da relação, na qual essa “mãe” é constituída pelos atravessamentos desse período inédito de

sua vida, existem fatores que pertencem a sua história de vida enquanto um indivíduo, uma mulher que vive um momento importante de sua vida. Como nos diz De Leo, “a experiência de gerar e ter um filho representa um grande acontecimento na vida emocional da mulher” (De Leo, 2005, pág.48).

Dentre outras transformações, a mulher-mãe passa por novas introjeções, uma vez que há uma perda de sua identidade anterior. Sua relação com o corpo também sofre mudanças, havendo uma re-significação de sua imagem inconsciente do corpo e de seu esquema corporal. Além disso, o fato de gerar um filho evoca perdas e separações vividas anteriormente, como também provoca uma reedição de suas vivências mais primitivas na relação com sua própria mãe, intensificadas após o nascimento do bebê.

Diante desse quadro particularmente regredido e, portanto, vulnerável, ela também se encontra, como seu bebê, necessitando de cuidados e, ao mesmo tempo, deve ser capaz de se adaptar ativamente ao seu filho. É um momento complexo, paradoxal, no qual

há o desejo pelo filho, a alegria de acolhê-lo nos braços, amamentá-lo, beijá-lo, realizá-lo, enfim. Mas há também o medo, a insegurança, certo humor deprimido e o vislumbrar de um futuro incerto: “Será que vou conseguir cuidar do meu filho?”. As angústias convivem lado a lado com a euforia, a inquietação e certo estranhamento: quem é essa criaturinha que eu chamo de *meu filho* e que, no entanto, se revela um perfeito estranho? Ou melhor: um conhecido/desconhecido? Como suportar o paradoxo presente neste começar de uma nova vida? (idem, grifos do autor).

Estes pontos são importantes e devem ser considerados numa análise da relação de uma mãe com seu bebê, pois, constitutivos da subjetividade materna, exercerão forças diretas sobre a maneira pela qual ela irá agir diante de seu bebê, uma vez que, de alguma maneira, a história da mãe-filha-mulher será evocada. Sendo assim, não há um modelo nem manual que ensine alguém a cumprir essa função. É preciso estar com o bebê, sensível aos afetos que isso suscita neste momento de presença essencial, pois

o outro é vitalmente importante. Não há um bebê e sim uma díade mãe-bebê. Não há um meio ambiente separado do bebê. O que há é um meio maternal que cuida e que sustenta de forma a não torná-lo precocemente perceptível para o bebê. Assim, a descoberta do mundo acontece em pequenas doses, permitindo ao bebê a ilusão de havê-lo criado. O gesto criador reside exatamente nesse paradoxo: é entre a

percepção e a apercepção que o bebê se torna criador e criatura deste mundo. Mais tarde, mesmo sabendo-se não mais criador do mundo e sim criatura neste mundo, o ato criador passa a ser algo intrínseco ao indivíduo (Maia, 2007, pág. 37).

Nesta citação, encontramos uma série de elementos cujo desdobramento nos conduz a uma compreensão acerca do desenvolvimento emocional, que vai desde um período de total dependência a outro, chamado de independência. Numa abordagem à teoria winnicottiana é imprescindível considerarmos a importância vital do outro nesse processo. Sendo assim, é pela relação mãe/bebê e a maneira pela qual o ambiente influi nos processos de maturação que podemos compreender de que outro se trata e a maneira pela qual influencia nos processos de subjetivação que têm em sua base a criatividade. Logo, destacamos a frase:

“O outro é vitalmente importante”

Para entender como nos constituímos subjetivamente segundo o pensamento winnicottiano, é preciso levar em consideração, desde o início, a presença do outro como essencial ao desenvolvimento do indivíduo – um outro que aparece ora como a mãe, ora como o ambiente. Para Winnicott, o outro tem importância fundamental nos processos criativos. Abordar o viver é abordar, também, a relação que o possibilita: a relação mãe/bebê. Como nos diz Maia, “somente se pode ser criativo na presença de um outro que signifique esse ato de criação” (idem, pág. 57).

No entanto, até que o bebê esteja apto a ser criativo, um longo caminho já deve ter sido percorrido, no qual esse outro, colocando-se como uma figura constante e confiável, possibilitou ao indivíduo o seu desenvolvimento, pois é pela confiança que o bebê torna-se capaz de criar, reparar e amar, ou seja, vai rumo à independência com a certeza de que, se preciso for, ele pode voltar à mãe/meio.

Neste percurso, é essencial uma abordagem acerca do que foi chamado por Winnicott de “preocupação materna primária”. Este conceito se refere ao relacionamento mãe/bebê numa etapa na qual a ideia do bebê como um ser independente ainda está distante de ser concebida (não em termos cronológicos,

pois Winnicott nos fala de bebês que alcançam este estágio, chamado de “integração”, antes mesmo do primeiro ano de vida, mas em termos processuais).

O relacionamento da mãe com o bebê é compreendido, então, como o que há de mais importante nesse momento inicial da vida de qualquer indivíduo, configurando um estágio no qual há uma dependência absoluta do bebê em relação ao meio, composto, principalmente, pela mãe. Esta dependência é uma dupla dependência: em relação ao ambiente físico e emocional. “Devido à extrema dependência emocional da criança, seu desenvolvimento ou sua vida não podem ser estudados à parte da consideração do cuidado que lhe é fornecido” (Winnicott, 1958b, pág.5).

No entanto, como faz parte da característica paradoxal do pensamento de Winnicott, não devemos atribuir somente a esta relação inicial todos os percalços envolvidos nos processos de maturação, pois trata-se de um complexo no qual também estão presentes as condições hereditárias, as potencialidades do bebê. Como nos diz Winnicott, “o desenvolvimento emocional ocorre na criança se se provêem condições suficientemente boas, vindo o impulso para o desenvolvimento de dentro da própria criança” (Winnicott, 1962, pág.63).

Apesar disto, o lugar da mãe é bastante analisado e valorizado por Winnicott na sua formulação sobre a “mãe suficientemente boa”, pois estas condições dependem da mãe e seus cuidados para com o bebê a fim de que possam se manifestar. “O toque carinhoso, presente no gesto cuidadoso da mãe com o corpo do bebê concede-lhe algo plenamente indispensável à vida: a continuidade de ser” (De Leo, 2005, pág.31/32). Em resumo: existe uma tendência no sentido de uma luta pela vida, pela continuidade de ser, presente em todos os seres humanos, sendo que a relação com o ambiente que o circunda poderá facilitar a ocorrência desses processos inerentes ao viver ou agir na contramão.

É a tendência inata no sentido da integração e do crescimento que produz a saúde e não a provisão ambiental. Ainda assim é necessária provisão suficientemente boa, de forma absoluta no princípio e de forma relativa em estágios posteriores, no estágio do complexo de Édipo, no período de latência e também na adolescência. Tentei encontrar palavras que indicassem a diminuição gradativa da dependência da provisão ambiental (Winnicott, 1962, pág.65)

Comumente falando, esses processos que envolvem a relação mãe/bebê têm a ver com a idéia de que a mãe está biologicamente preparada para lidar de forma

especial com seu bebê, ou seja, existe um “instinto” materno que prepara a mulher para este momento especial de sua vida.

O que tentaremos mostrar a seguir, através das idéias de Winnicott, é que, o que acontece neste momento inédito na vida de duas pessoas está para além das determinações biológicas, para além de uma interdependência física – esta uma idéia que os colocaria numa posição de igualdade entre algumas espécies do mundo animal e vegetal, segundo suas próprias palavras no texto “Preocupação materna primária” (Winnicott, 1956).

Estes dois conceitos, de “mãe suficientemente boa” e de “preocupação materna primária”, se encontram de tal forma nodulados (no sentido de “nó”), intrincados que, ao tratarmos de um estaremos falando, também, do outro. Apesar de ambos estarem relacionados à figura da mãe, eles dizem respeito diretamente à maneira pela qual é possível a emergência de uma subjetividade no bebê. Portanto, são processos inteiramente diferentes e que não se excluem, apesar de suas diferenças.

Antes de prosseguirmos, cabe uma ressalva em relação à palavra “suficientemente”. O seu uso ressalta, principalmente, que não se trata de uma mãe perfeita, ideal ou eficiente modelada segundo critérios normativos e/ou pedagógicos (De Leo, 2005, pág.33). O mesmo se aplica ao termo quando ele está referido a “ambiente”. Trata-se, aqui, ao contrário, de uma fuga aos modelos idealizados, geradores de sentimento de culpa e impotência que atribuem ao *experts* um saber destituído de cotidianidade.

A originalidade de Winnicott é justamente valorizar o que de mais humano há no contato, na relação, ou, também podemos dizer, o mais natural no humano (posto que sem mediação). A crença de que haveria uma categoria profissional ou conhecimento científico que abarcaria de forma mais apropriada este fenômeno cai por terra. Concordamos com De Leo quando ela nos diz que “de modo algum o ambiente suficientemente bom se reduz aos discursos e narrativas empenhados em oferecer tecnologia eficiente para a educação do filho saudável” (idem). No entanto, observamos, em nossos dias, uma desapropriação da arte de cuidar e educar os filhos; é como se os pais não soubessem mais como ser pais. Uma espécie de crise das funções parentais.

Também é importante que a mãe não se deixe levar por conselhos de como agir em relação ao seu bebê a partir de experiências que outras pessoas tiveram.

Ela deve seguir a sua intuição a partir da relação que estabelece com seu bebê. Nesse sentido, podemos usar como exemplo o fato de que nunca uma experiência é igual à outra. O que acontece com um filho não se faz da mesma forma em relação a um outro. Logo, a experiência de uma mãe não é igual a de outra e, ao ficar presa a certos mandamentos, a mãe perde a riqueza da espontaneidade no cuidado de seu bebê. Não deve haver a preocupação em ser perfeita. Como nos diz De Leo, “a palavra “suficiente” pode significar “o bastante”; ou seja, nem de mais nem de menos, apenas o que parece hábil ou adequado para a ocasião” (ibidem, pág.34).

É vitalmente importante que se entenda o papel desempenhado pelos que se preocupam com o bebê, a fim de que possamos proteger a jovem mãe de tudo quanto pretenda interpor-se entre ela e o seu filhinho. Se ela não compreende aquilo que realiza tão bem, está sem meios para defender a sua posição e a um passo de estragar facilmente sua tarefa, tentando fazer o que lhe dizem que deve ser assim, ou o que sua própria mãe fez, ou o que os livros afirmam. (Winnicott, 2008, pág.18)

A título de introdução, uma observação mais atenta nos conduz à conclusão de que há uma grande diferença psicológica entre o que acontece à mãe, e que trataremos aqui por identificação, e o que acontece ao bebê neste momento de relacionamento dual, e que, por sua vez, será tratado como dependência. Essa diferença se deve ao fato de que o bebê ainda não se reconhece como uma pessoa, não podendo, dessa maneira, identificar-se com outro alguém. Daí a célebre frase de Winnicott, na qual diz que o que chamamos de “um bebê” não existe. Para que possa existir, ele vai ser dependente dos cuidados maternos que, por sua vez, só serão satisfatórios através de uma identificação da mãe com ele (o bebê).

Esta é a primeira de todas as fases do desenvolvimento, na qual a mãe encontra-se num estado psicológico especial chamado por Winnicott de “preocupação materna primária”. Esse estado, em que há uma sensibilidade exacerbada da mãe em relação a seu filho, pode ser comparado “a um estado de retraimento ou de dissociação, ou a uma fuga, ou mesmo a um distúrbio num nível mais profundo, como por exemplo, um episódio esquizóide, onde um determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente” (Winnicott, 1952,

pág.401). No entanto, apesar deste aspecto de doença, é um indicativo de boa saúde.

Em uma de suas palestras, denominada “O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê”, Winnicott define esta atitude da mãe, a qual chama de “preocupação materna primária”, como “uma vontade e uma capacidade de desviar o interesse do seu próprio *self* para o bebê” (Winnicott, 1960/1964, pág.21). É por possuir esta capacidade que a mãe se distingue de qualquer outra pessoa no sentido de saber fazer a coisa certa, de saber como o bebê pode estar se sentindo. Esta relação tão especial constitui uma área de experiência, a qual somente a mãe e seu bebê podem viver.

Nós agora vemos o ego da criança como algo dependente inicialmente de um ego auxiliar, algo que aproveita a estrutura e a força do sistema altamente complexo e sutil de adaptação às necessidades, sendo essa adaptação suprida pela mãe ou pela substituta da mãe. Vemos também o interessante processo da absorção, na criança, dos elementos do cuidado com a criança, aqueles que poderiam ser chamados de elementos “do ego auxiliar” (Winnicott, 1983, pág.116).

Ao se dispor a cuidar unicamente de seu bebê, a mãe funciona como um ego forte auxiliar ao ego ainda incipiente do bebê, possibilitando o relacionamento deste com os objetos. Inicialmente, os objetos têm uma característica muito peculiar: são, em sua maioria, subjetivos. No entanto, há, também, relacionamento com a realidade externa ou com objetos percebidos objetivamente, mas este relacionamento deve acontecer aos poucos, num vetor crescente de acordo com as capacidades do bebê para tal. Qualquer excesso pode ser sentido pelo bebê como uma sedução, alguma coisa para a qual é levado e ainda não possui recursos internos suficientes para lidar, que tira o bebê de seu caminho, de seu continuar a ser; é, portanto, traumático para o bebê, algo com que ele, em sua imaturidade, ainda não consegue arcar. De acordo com Winnicott, os elementos do cuidado com a criança podem ser chamados de elementos do “ego auxiliar” (Winnicott, 1959/1964, pág.116).

Esta função da mãe tem uma importância tão grande que o fracasso em “emprestar” o seu ego pode ter como consequência:

- 1 – a constituição de um falso *self*;
- 2 – esquizofrenia infantil ou autismo;

- 3 – esquizofrenia latente;
- 4 – falsa autodefesa;
- 5 – personalidade esquizóide.

Assim nos diz Winnicott:

seu ego (da criança) é simultaneamente fraco e forte. Tudo depende da capacidade da mãe de dar apoio ao ego. O ego da mãe está em harmonia com o ego do filho, e ela só é capaz de dar apoio se for capaz de orientar-se para a criança (...) Quando o par mãe-filho funciona bem, o ego da criança é de fato muito forte, pois é apoiado em todos os aspectos. O ego reforçado (e, portanto, forte) da criança é desde muito cedo capaz de organizar defesas e desenvolver padrões pessoais fortemente marcados por tendências hereditárias (Winnicott, 1960/1964, pág.24)

Dessa maneira, o desenvolvimento passa a estar mais relacionado com fatores hereditários, e aqui localizamos os processos criativos, e satisfações de impulsos, ao contrário de quando não existe esse apoio, e ele ou é fraco, ou intermitente. Nestes casos, o desenvolvimento está relacionado com uma sucessão de reações a colapsos, e os bebês apresentam certos padrões de comportamento que englobam a inquietude, o estranhamento, a apatia, a inibição e a complacência. É devido a isso que Winnicott vê de forma positiva o comportamento de bebês e crianças considerados “difíceis”: para ele, ainda resta neles alguma esperança, algo vivo pelo qual vale a pena lutar.

Considerando dois extremos, Winnicott nos dá o exemplo de dois tipos de mães que não conseguem relacionar-se de forma satisfatória para com o seu bebê. Num desses extremos se encontra aquela que não consegue abandonar seus interesses e viver esta experiência.

A outra mãe é aquela que tende a estar sempre preocupada e, assim, o bebê torna-se sua preocupação patológica. Ela permanece identificada a seu bebê por um tempo longo demais, porém abandona de súbito a preocupação com a criança, substituindo-a pela preocupação que tinha antes do nascimento desta. Claro é que existem variações nesses aspectos. Já a mãe suficientemente boa respeita a gradual liberação que seu bebê lhe concede a fim de que possa tocar a sua própria vida.

Difícilmente as mães se recordam desse momento depois que o ultrapassaram, o que permite a conclusão de que essa memória foi reprimida. Ou

seja, a mãe deve alcançar esse estado de sensibilidade exacerbada, que seria considerado uma doença caso não houvesse a gravidez, e recuperar-se dele. Esta idéia está implícita no termo cunhado por Winnicott de “a mãe devotada comum” para referir-se a esse momento. Nas palavras do próprio Winnicott:

essa função materna essencial possibilita à mãe pressentir as expectativas e necessidades mais precoces de seu bebê, e a torna pessoalmente satisfeita sentir o lactente à vontade. É por causa desta identificação com o bebê que ela sabe como protegê-lo, de modo que ele comece por existir e não por reagir. Aí se situa a origem do *self* verdadeiro que não pode se tornar uma realidade sem o relacionamento especializado da mãe, o qual poderia ser descrito por uma palavra comum: devoção (Winnicott, 1960b, pág.135).

Ao contrário do que aconteceria caso se tratasse apenas de um instinto, não são todas as mulheres que conseguem atingir este estado (ou o fazem com um dos filhos e não com outro), que implica em que se preocupem com seu bebê a ponto de excluírem seus outros interesses. Muitas vezes acontece de haver uma tentativa por parte da mãe de recuperação deste estágio inicial num momento posterior, o que, obviamente, não será possível. Por mais que se faça, algo restará perdido nas distorções iniciais. Na ‘preocupação materna primária’, há algo de “natural” presente no comportamento da mãe frente a seu filho, ao contrário de uma tentativa forçada ou, também podemos dizer, consciente, de recuperação do tempo perdido. Podemos, então, afirmar: não é possível a ninguém ‘se fazer’ mãe (suficientemente boa) por uma vontade consciente, mas qualquer mãe (suficientemente boa) ‘se faz’ na relação com seu bebê.

Esse estado especial alcançado pela mãe, chamado por Winnicott de “preocupação materna primária”, tem início ainda durante a gravidez, no qual ela gradativamente atinge um alto grau de identificação com seu bebê. Após o nascimento, aos poucos ocorre uma espécie de desadaptação da mãe em relação às necessidades do seu bebê, o que deve acontecer, quando tudo vai bem, de acordo com as capacidades deste para tolerar essas falhas.

Não depende somente da mãe e de sua saúde mental para que ela possa alcançar este estado. É necessário uma configuração de coisas, um ambiente que o torne possível, e isso inclui também o pai. Ele “lida com a realidade externa para a mulher, de maneira a tornar seguro e razoável para ela se tornar temporariamente

introvertida, egocêntrica” (idem). A mãe deve se sentir segura para que possa desempenhar esse papel e isso inclui, além de se sentir amada em sua relação com o pai da criança e com a própria família, sentir-se aceita nos círculos cada vez mais amplos que circundam a família e constituem a sociedade (Winnicott, 1958b, pág.3), o que continua valendo para os nossos dias, apesar das novas configurações parentais e familiares; mudam-se os termos, não a relação.

É fácil notar que a mãe se encontra, neste estado, muito vulnerável, sendo imprescindível a ela esta proteção. Em uma de suas palestras, Winnicott diz que, caso haja uma ruptura dessas forças de apoio à mãe que se encontra nesse estado especial, algo da ordem de um distúrbio pode irromper, como os chamados distúrbios mentais puerperais (Winnicott, 1960/1964, pág.23).

Este é um estado especial no qual, juntamente com o pai do bebê, a mãe é capaz de criar o ambiente suficientemente bom, que não se reduz ao biológico (uma fisiologia da maternidade), ao psicológico (uma determinação das fantasias inconscientes), nem tampouco às representações sociais do materno/feminino (De Leo, 2005, pág.33).

Para Winnicott, esta função da mãe é universal e natural, ou seja, não pertence a uma dada civilização e muito menos se relaciona com uma compreensão intelectual. É algo que pertence ao humano, essencial para a sobrevivência do indivíduo, em qualquer época ou lugar. Dessa maneira, uma análise desta função em sua relação com os nossos dias nos permite avaliar, num espectro mais amplo, as conseqüências de uma interferência provocada pelas formas de existência atuais, ou seja, de que maneira o contexto cultural produz efeitos nessa função.

A mãe se preocupa com a criança e se orienta para suas necessidades através de sua identificação com ela, que acontece de forma natural, e não por uma vontade consciente. Dessa maneira, a mãe permite que as tendências inatas do bebê, presentes em sua constituição, possam se manifestar e desenvolver, assim como sua motilidade e sensibilidade. Nas palavras do próprio Winnicott:

a mãe que desenvolve esse estado ao qual chamei de ‘preocupação materna primária’ fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que as tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se, e

para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne dono das sensações correspondentes a essa etapa inicial da vida (Winnicott, 1952, pág. 403)

Quando tudo corre bem, dizemos que a criança reagiu pouco à intrusão do ambiente neste momento inicial. Este termo utilizado por Winnicott para se referir ao ambiente não diz respeito aos atos de alguém. Da mesma maneira, ele não se relaciona, somente, a uma mãe invasiva, excessiva. Podemos falar de intrusão do ambiente também no caso de uma mãe ausente, deprimida.

Intrusão se refere ao fato do ambiente se impor ao bebê ao ponto de ser notado, ao ponto do bebê ter que se dar conta de que existe um ambiente; ele, então, deve se defender, se proteger desse ambiente que lhe aparece de alguma forma ameaçador. A intrusão não pertence à pessoa da mãe, mas à experiência. Tanto uma mãe excessivamente presente, ansiosa, quanto uma ausente, deprimida, produzem no bebê uma demanda que ele terá que dar conta, isto é, ele terá que responder a esta exigência, ou seja, reagir.

Para Winnicott, existe um limiar de intrusões que o bebê pode suportar. Falhas no ambiente sempre vão existir – o ambiente só é perfeito se comportar essas falhas. Quando este limiar é ultrapassado, o bebê começa a reagir, prioritariamente a agir, e isto atrapalha o processo de ser deste indivíduo.

Se estas intrusões acontecem em excesso, há uma ameaça de aniquilamento, atrapalhando a formação do ego do bebê, uma vez que a mãe não é capaz de emprestar-lhe o seu próprio ego. As constantes reações às conseqüências na falha do cuidado materno provocam um enfraquecimento do ego, que teve que se formar precocemente a fim de lidar de maneira responsiva com este ambiente.

Os cuidados “facilitam os estágios iniciais das tendências integrativas do lactente e o começo da estruturação do ego. Pode-se dizer que a mãe torna o fraco ego do bebê em um forte, porque está lá, reforçando tudo, como a suspensão hidráulica de um ônibus” (Winnicott, 1962b, pág.67).

O excesso de intrusões, dentre outras implicações, impossibilita a constituição de um *self* verdadeiro, que não pode se tornar uma realidade, abalando diretamente a ocorrência de processos criativos. Adequado a um ambiente que não pôde se adequar a ele, o bebê responde de forma submissa ao ambiente, de acordo com o que é dele esperado, o que não corresponde a nenhum

processo criativo. O bebê precisa, então, de um padrão de comportamento do ambiente para que possa “continuar a existir”, o que é diferente de “continuar a ser”.

Falamos, anteriormente, na necessidade do bebê de levar adiante seu “continuar a ser”. Acima falamos de “processo de ser”. Estes dois termos, referidos ao momento inicial na vida de um indivíduo devem ser compreendidos como algo em intenso movimento, sujeito o tempo todo a transformações e a progressos e retrocessos, e nunca como alguma coisa que segue uma linearidade num fluxo contínuo. Assim é a vida de um bebê, mesmo que pareça, a um observador, que ele está na mais calma das situações.

De Leo define, a partir de Winnicott, “continuar a ser” como todo tipo de contribuição ou provisão do meio ambiente que possibilita a continuação da vida dos tecidos e a saúde dos processos fisiológicos, ou seja, um substrato somático que fornece ao ego em vias de integrar-se um apoio vital; além disso, pontua também o não saber do bebê possibilitado por um ambiente em perfeita adaptação, que protege o indivíduo das possíveis perturbações. Compara este sentimento a uma fé na realidade do mundo e da vida, “que instaura para o ser humano a crença reconfortadora numa previsibilidade dos eventos” (De Leo, 2005, pág.39)

Dito de outra forma: se o cuidado é suficientemente bom, o bebê não toma conhecimento do ambiente em seu entorno, e isso inclui também não tomar conhecimento acerca da mãe como uma pessoa. Ou seja, apesar de manter uma intensa relação com sua mãe, esta lhe aparece neste momento inicial de maneira múltipla, a partir dos objetos parciais. Para o bebê, ela ainda não é uma pessoa e, portanto, diferente dele mesmo. Ela compõe com o ambiente e, enquanto tal, é percebida pelo bebê como se fosse uma criação sua. Daí a importância de uma mãe que não impõe seus humores e suas vontades, mas, identificada ao seu bebê, ela ‘adivinha’ o que ele precisa, oferecendo o objeto certo na hora certa, criando nele a ilusão de ser onipotente.

Somente uma mãe sensível, devotada, é capaz de colocar-se no lugar de seu filho, de identificar-se com ele e, assim, corresponder às suas necessidades que, a princípio, são corporais e evoluem gradualmente para necessidades do ego. Por ainda não existir uma pessoa constituída (como dissemos anteriormente, para Winnicott ainda não existe um bebê enquanto um indivíduo neste momento, mas,

sim, um ser humano), o que a mãe faz de acordo com a ‘preocupação materna primária’ não será apreendido pelo bebê; não será assim reconhecido por ele devido à precariedade pertencente ao seu mundo ainda em construção. É preciso que o bebê sinta que está sendo seguro por uma mãe em estado de relaxamento, viva e apta a fazer uma adaptação ativa a partir de sua capacidade de dedicar-se a ele.

Já as intrusões serão sentidas como uma ameaça à existência pessoal do eu, ainda que este eu seja larvar. Em alguns casos pode haver o sacrifício da espontaneidade; o sentimento de realidade encontra-se ausente; acompanhará, em diversas fases da vida deste indivíduo, o sentimento de inutilidade. Em casos extremos, o caos pode ser completo, como nas esquizofrenias; em outros, quando não há caos, há a constituição de um falso *self* submisso e reativo, uma vez que os fatores constitucionais não tiveram a possibilidade de se manifestar ou, dito de outra forma, quando o verdadeiro *self* está oculto.

Nos cuidados com seu bebê, a fim de que ele tenha um bom desenvolvimento emocional, uma das principais funções da mãe é apresentar o mundo para ele num formato compreensível e de modo limitado, adequado às suas necessidades, para que o contato com a realidade não seja traumático. Agindo dessa forma, ela impede que o bebê viva a experiência de um ambiente intrusivo, além de possibilitar que os fatores constitucionais possam se manifestar naturalmente, desenvolvendo sua potência de ser. “Por esta razão não é possível a um bebê existir sozinho”, nos diz Winnicott (Winnicott, 1950, pág. 229).

Além destas questões, outra de extrema importância e que também está relacionada com este cuidado na mediação bebê/mundo é que, ao apresentar o mundo em doses compreensíveis, a mãe permite ao bebê a ilusão de que o que ele encontra é criado por ele, numa vivência da experiência de onipotência. Dessa maneira, flagramos um paradoxo no pensamento winnicottiano: é quando o bebê vive no período em que depende integralmente de um outro que cuide dele que ele vive numa relação onipotente com o mundo, na qual este lhe aparece como uma criação sua, ao mesmo tempo em que, num movimento autopoietico ele é, também, criado pelo mundo. Segundo Winnicott,

a mãe suficientemente boa é aquela que é capaz de satisfazer as necessidades do nenê no início, e satisfazê-las tão bem que a criança, na sua saída da matriz do

relacionamento mãe-filho, é capaz de ter uma breve *experiência de onipotência* (Winnicott, 1962a, pág.56)

Essa experiência é de importância crucial para a constituição subjetiva do bebê e a mãe, com seus cuidados em relação a seu filho, é uma de suas partes essenciais. Isso porque não é possível falarmos de um bebê e de uma mãe, mas da relação que existe entre eles, a partir da qual emergem uma mãe e um bebê. No início, o bebê é um ser não-integrado, ou seja, não há, ainda, a idéia do bebê como uma pessoa, integrada, assim como, também, a realidade externa não é reconhecida por ele enquanto tal.

O mais importante dessa fase e o que possibilita que esses processos citados acima possam acontecer é o fato, real, do bebê que é cuidado, amado, seguro fisicamente por alguém que se adapta, quase completamente, às suas necessidades. Se a dependência realmente significa dependência, então a história de um bebê individualmente não pode ser escrita apenas em termos do bebê. Tem de ser escrita também em termos da provisão ambiental que atende a dependência ou que nisso fracassa (Winnicott, 1975, pág.102).

O grau elevado de dependência nesses momentos iniciais na vida de qualquer indivíduo faz com que não seja possível pensarmos em termos de um novo indivíduo humano como sendo ele a unidade. Numa lógica um tanto estranha, a unidade é a díade mãe-bebê. “Ao olharmos, vemos uma mãe, e um bebê desenvolvendo-se em seu útero, ou seguro em seus braços, ou sendo cuidado por ela de alguma outra forma” (Winnicott, 1990, pág. 153).

Existe, aqui, um paradoxo: apesar de haver a díade mãe-bebê, existe, também e fundamentalmente, uma solidão essencial. Ou seja: essa solidão só pode existir em condições de dependência máxima. Ou, falando em termos do paradoxo winnicottiano, é poder estar sozinho na presença de alguém.

Já neste início há o que, mais acima, tratamos como uma continuidade de ser do bebê, algo como uma série de transformações pelas quais ele passa, mesmo se isso parecer a nós, como observadores, algo de uma tranquilidade inquestionável. Esta continuidade de ser deve ser ausente de qualquer conhecimento acerca desse ambiente que o circunda e que dele cuida. Dessa

maneira, ele não precisará reagir a possíveis intrusões do ambiente, que, dessa forma, se faria conhecer precocemente.

Essa solidão, que Winnicott, em seu livro “Natureza Humana” (1990) classifica como fundamental e inerente, só acontece nesse início. No entanto, o indivíduo a carrega pela vida afora, aqui residindo a importância desse momento inicial para o resto da vida. As bases de constituição dessa solidão serão as raízes do verdadeiro *self* e estão diretamente ligadas à experiência de onipotência. Apesar de ser inteiramente dependente do ambiente, a dependência está longe de ser percebida.

É a partir da solidão, na qual o bebê pode viver a experiência de ser, paradoxalmente, criador e criatura de seu mundo, que emerge o indivíduo, em sua crescente relação com o que o circunda. Inicialmente, o bebê não deve tomar conhecimento do que está a sua volta, ou seja, o ambiente deve ser suficientemente bom a ponto de não se impor. No entanto, reiteramos, para que haja saúde, este núcleo que se forma a partir desse isolamento primário deve ser mantido durante toda a existência do indivíduo.

Um cuidado materno suficientemente bom possibilita ao bebê viver neste estado de isolamento primário com a ilusão de que aquilo que pertence à realidade externa e que vai, gradativamente, sendo acrescentado ao seu mundo é, onipotentemente, criado por ele. Este estado de solidão não deve ser atrapalhado, e o bebê deve poder seguir em sua experiência de onipotência. Podemos perceber, então, que é a partir do isolamento primário que acontecem processos criativos.

Estes, no entanto, não cessam de ocorrer. O indivíduo está em constante processo de criação de si – sempre feito, sempre em vias de se fazer. Para Simondon, e aí damos um breve mergulho na filosofia, a individualidade deve ser considerada como resolução parcial e relativa que se manifesta em um sistema contendo potenciais, que podem ser acionados de forma mais ou menos intensa.

Trata-se de um devir do ser, uma vez que a compreensão de “ser” não deverá abarcar uma idéia de identidade, de fixidez de alguma ordem. Com o devir como uma dimensão do ser, podemos afirmar que o ser é sempre capaz de defasar-se em relação a si próprio, de resolver-se defasando-se: “*o ser pré-individual é o ser em que não existe fase*” (Simondon, 2003, pág.101, grifos do autor). A individuação é a aparição de fases no ser que se definem a partir da operação do devir.

Dessa maneira, há sempre uma forma e um devir; estes não são antagônicos, mas de uma certa maneira complementares. Paradoxalmente, o ser se conserva pelo devir, através das trocas entre a forma e a operação de defasar-se: o indivíduo como criador e criatura numa relação de metaestabilidade, sempre plural e singular. No vivo existe um regime completo de ressonância interna “que exige comunicação permanente e mantém uma metaestabilidade que é condição de vida” (idem, pág.104). Como nos diz o autor, ele modifica a si próprio, “inventando novas estruturas internas, introduzindo-se completamente na axiomática dos problemas vitais” (ibidem).

A idéia de ressonância interna nos é útil aqui por ela trazer em si a compreensão da constituição do vivo, e aqui parafraseamos Simondon: com a constituição subjetiva, não somente acontece uma modulação no limite entre o dentro e o fora, num “entre” cujas bordas são a interioridade e a exterioridade, como também acontecem processos constitutivos pertencentes àquele indivíduo, no domínio da sua interioridade. Ou seja, o interior também é constituinte. Podemos encontrar este pensamento na concepção de Winnicott sobre a continuidade de ser, que envolve tanto o ambiente quanto os potenciais do indivíduo. Seguindo com Winnicott, nos fala De Leo:

uma falência significativa da provisão ambiental no tempo da dependência absoluta interrompe o sentimento de continuidade de ser do bebê, impedindo, posteriormente, que o sujeito vivencie plenamente a experiência de sentir-se real e de habitar um corpo, encarnar-se – experiência básica de subjetivação e de personalização (De Leo, 2005, pág.38).

Como podemos perceber, os cuidados maternos e o desenvolvimento emocional primitivo estão de tal forma articulados que, falar de um, nos conduz, inevitavelmente, ao outro. É importante que, ao ler esse texto, não fique a impressão de que há um modo pelo qual se deva ser mãe. Isso seria totalmente o contrário do que Winnicott pretende com suas formulações sobre a relação mãe/bebê. Tanto é assim que ele nunca se prontificou a dar conselhos – o que fez foi sempre uma análise a partir da constelação familiar que a ele se apresentava. É só a partir de um contexto que é possível avaliar o tipo de cuidado. Assim ele nos diz numa carta endereçada a Marjorie Spence, datada de 1967:

o bebê tem uma relação com a mãe e o pai que se desenvolve de acordo com o tipo de pessoa que são os três, e, embora seja possível conversar sobre o que acontece e dizer que uma coisa é melhor que outra, o que interessa é como ela funciona naturalmente, e não se ela é certa ou errada segundo algum enunciado padrão (Winnicott, 2005, pág.XX)

2.5

A continuidade de ser: o bebê e seus processos constitutivos

Ao abordarmos a relação entre a mãe e o bebê, acabamos tratando de alguns processos que dizem respeito à constituição do bebê durante a fase de dependência absoluta. Em relação ao bebê, neste estágio não há ainda a constituição de um ego nem de um *self*, o ego da mãe funcionando como um ego auxiliar ao ego ainda incipiente do bebê. Podemos falar, sim, de um ego larvar e de um *self* primitivo, ambos anteriores ao processo de integração.

Winnicott classifica esse *self* primitivo de “impiedoso”, uma vez que os instintos são vivenciados sem preocupação, sem piedade – é o estado denominado por ele de “ruthlessness”. O amor também é peculiar nesse estágio, chamado de “amor primitivo”, que acontece ainda quando o ego não é capaz de aceitar responsabilidade.

Nesse estágio mais primitivo a mãe deve ser capaz de aguentar essa ausência de piedade (ruthlessness), uma vez que uma preocupação (*concern*) precoce com o objeto, da parte do bebê, poderia significar inibição do seu desenvolvimento. Logo, faz parte do amor primitivo, dirigido à pessoa encarregada dos cuidados do bebê, também os seus impulsos mais destrutivos. E o que faz com que o bebê possa vivenciar estas experiências instintuais necessárias ao seu bom desenvolvimento é a certeza de que, apesar de seus ataques, essa pessoa permanecerá, transmitindo confiança ao bebê que pode, então, continuar a ser.

Em resumo: inicialmente, o indivíduo se encontra num estado de não-integração com uma tendência a integrar-se que é hereditária e que também se constitui a partir de uma espécie de intercâmbio com fatores externos, estes possibilitados pelo ambiente, em sua permanência e confiabilidade. Como nos diz De Leo,

o senso de ser advém de uma experiência ativa e transitiva, gerada por esses movimentos circulares, elípticos, porém abertos às experiências mutativas e criativas que surgem das interações entre o indivíduo e o ambiente. A multiplicidade de efeitos assim criados constitui nossa experiência transicional de ser “uma amostra no tempo da natureza humana” (De Leo, 2005, pág.38)

Fatores internos também são importantes, abrangendo as experiências instintivas. Essas experiências são constituídas tanto por impulsos amorosos quanto por impulsos de ódio. Na verdade, neste momento Winnicott, ao falar destes impulsos, os coloca sob a égide do “amor primitivo”. Isto é possível porque eles não são excludentes, e o ódio⁴ é tão importante quanto o amor. Como veremos em seguida, o amor só é possível pela realização dos impulsos destrutivos.

É possível encontrarmos um aspecto destrutivo no impulso do amor primitivo, embora ainda não haja, nesse momento, a intenção de destruir, posto que é uma fase anterior ao estágio do “*concern*”. Nesse caso, estamos falando das raízes da agressividade (destrutivas apenas por acaso). Inicialmente, o que existe é motilidade, que se relaciona com as experiências do Id. Como exemplo, podemos citar a fome e a agitação de braços e pernas.

Nesse caso, é possível percebemos a necessidade de falha do ambiente, pois se é um ambiente que se antecipa e dá o alimento antes que o bebê possa viver a experiência, a motilidade fica prejudicada. Outros exemplos de impulsos agressivos pertencentes a esse período são o ato de agarrar com as mãos e a atividade de sugar, que mais tarde se transforma em morder (Winnicott, 1958b, pág.17).

A motilidade pode desenvolver-se a partir de um ambiente que:

- 1 – é uma experiência do indivíduo, ou
- 2 – impõe-se ao indivíduo, que reage à intrusão (fuga para a quietude), ou
- 3 – impõe-se exacerbadamente, através de uma intrusão máxima do ambiente, não havendo possibilidade nem de retirada para a quietude a fim de manter a existência.

⁴ Utilizamos a palavra “ódio” nesta frase apenas para acentuar as diferenças entre os estados emocionais vividos pelo bebê; o mais correto é a utilização deste termo para o período após a integração. De qualquer forma, sempre que esta palavra estiver associada ao período de total dependência em relação ao ambiente, cabe relacionarmos o termo aos impulsos destrutivos, mesmo que ele seja utilizado na referência a casos de regressão (que acontece em indivíduos que já passaram pelo processo de integração).

No primeiro caso, o indivíduo se constitui tendo como ponto de partida suas experiências, de forma criativa, a partir de seus impulsos primitivos caracterizados pela motilidade (ou agressividade). Isso é possível se é permitido ao bebê ser espontâneo na manifestação de seus impulsos. “O impulso instintivo cria uma situação que pode evoluir, por um lado, para a satisfação, ou se diluir numa insatisfação difusa ou num desconforto generalizado da psique e do soma” (idem, pág.15).

As satisfações acontecem quando o ambiente corresponde de forma satisfatória aos momentos excitados, apresentando o objeto certo, na hora certa para a satisfação de um impulso. Dessa maneira, há um clímax interno junto com a experiência de fato e o bebê tem a ilusão de que foi ele o responsável por essa experiência.

No segundo caso, a agressividade na forma de motilidade é parte da experiência de reação à intrusão, isto é, não constitui processos de criação, uma vez que o indivíduo (ou o verdadeiro *self*) só se encontra na quietude, ou seja, sua interação com a realidade externa encontra-se prejudicada porque, a fim de se proteger das intrusões ambientais, ele se retira do mundo.

No terceiro caso, há uma falha na capacidade do estado de narcisismo primário transformar-se em indivíduo ou, dito de outra forma, estão ausentes os processos de criação. O que acontece é uma extensão do ambiente invasor, ficando o núcleo, o verdadeiro *self*, oculto. O falso *self* é, então, um mecanismo de defesa que protege o verdadeiro *self* desse ambiente hostil. A consequência disso é a sensação de inutilidade e irreabilidade.

Como parte do impulso primitivo de amor, a destrutividade, ou impulso agressivo, é o motor que empurra em direção ao mundo. Para Winnicott, a agressividade primária é um fenômeno não pulsional, que tem sua origem na motilidade inerente aos impulsos vitais (Lima, 2007, pág.52). Dito de outra forma: a destrutividade no bebê é uma tensão instintual que clama por alívio imediato – condição que leva o bebê a buscar algo em algum lugar.

Inicialmente, ela se apresenta através da motilidade inerente à vitalidade própria dos tecidos e é importante que ela possa se expressar com espontaneidade. O potencial agressivo de cada indivíduo é variável, pois depende da maneira pela qual os limites ao movimento ou qualquer expressão corporal foram estabelecidos, estes diretamente relacionados aos cuidados maternos.

Levando-se em conta que houve uma maternagem suficientemente boa para que o bebê viva sua experiência de onipotência, na qual sente como se fosse criador de seu mundo, é este impulso agressivo que o leva a ter contato com o que o cerca, possibilitando os processos de criação. Dessa maneira, é possível dizermos que o viver humano, em seu início, pode ser entendido em termos de uma batalha impiedosa contra a submissão ao meio-ambiente.

O reconhecimento dessa não submissão inata da criança é, portanto, correlata à concepção da agressividade como manifestação de impulsos vitais, veículo primordial do desenvolvimento pessoal. Para Winnicott, o homem somente pode se encontrar através do relacionamento com os outros e da independência adquirida pelo reconhecimento da dependência, todo esse processo se realizando às expensas de seu potencial agressivo (idem, pág. 62)

A agressividade primária está estritamente vinculada aos processos de criação e, à medida que o bebê cresce, ela será vivenciada através de processos totalmente dependentes do tipo de ambiente com que o bebê se depara (ibidem, pág. 67). Isto é, como expressão do amor primitivo, os fatores ambientais têm importância decisiva quanto aos sentidos que esses impulsos poderão adquirir. Quando tudo vai bem, acontecem os processos criativos e o desenvolvimento segue seu rumo, com o bebê vivendo de forma onipotente em relação aos objetos que encontra nesse mundo que lhe é apresentado adequadamente.

Como ainda não aconteceu o processo de integração, é como se cada objeto encontrado fizesse parte desse eu ainda em construção do bebê. Podemos dizer que o eu e o mundo emergem, ao mesmo tempo, na relação que se estabelece. Inicialmente, estes objetos externos ao bebê são concebidos subjetivamente, ou seja, não são percebidos pelo bebê como algo externo a ele.

Assim acontece também com a mãe que é percebida pelo bebê. Nessa fase, o bebê se relaciona com objetos parciais. Assim, ao se relacionar com o seio, não há, ainda, consciência da figura da mãe, “embora o bebê possa “conhecer” a mãe em momentos de contato afetuoso” (Winnicott, 1958b, pág.14). Ela é tanto a mãe-objeto, ou seja, “a mãe possuidora do objeto parcial que pode satisfazer as necessidades urgentes do lactente”, diretamente relacionada aos momentos excitados, como também é a mãe-ambiente, que é a pessoa que evita o imprevisto e que ativamente provê o cuidado de suster e o manejo global, relacionada aos

momentos tranquilos. A citação a seguir resume um pouco do que tratamos até agora:

o eu individual tem como início um somatório de experiências tranqüilas, motilidade espontânea e sensações, retornos da atividade à quietude, e o estabelecimento de esperar que haja recuperação depois das aniquilações; aniquilações resultantes das reações contra as intrusões do ambiente. Por esta razão, é necessário que o indivíduo tenha o seu início nesse ambiente especializado ao qual me referi com o título de “A Preocupação Materna Primária” (Winnicott, 1956, pág.405)

A agressividade pode ser encontrada desde os estágios mais iniciais. Nesta fase, anterior à integração, o bebê não sabe que o que ele destrói nos momentos de excitação é o mesmo que ele valoriza nos momentos tranqüilos, entre as excitações. Podemos falar de uma dissociação entre os estados devida a não-integração.

Os estados excitados que incluem um ataque imaginário ao corpo da mãe fazem parte do amor que o bebê tem por ela. Assim, a agressividade faz parte do amor e está diretamente relacionada ao contato do bebê com o que lhe é externo. Como nos diz Winnicott, “se a agressividade é perdida nesse estágio do desenvolvimento emocional, ocorre também a perda de uma parte da capacidade de amar, ou seja, de relacionar-se com objetos” (Winnicott, 1950, pág.291)

A agressividade pode ser perdida, por exemplo, por uma reação contrária do ambiente, ou seja, algo percebido pelo bebê como uma intrusão. Para que o bebê siga a sua vida de forma saudável, a mãe deve suportar tanto os impulsos amorosos quanto os agressivos, mantendo-se constante e confiável. Aos poucos, o impulso agressivo se fundirá ao erótico. É através dessa fusão que se inicia o complexo processo pelo qual o bebê começa a constituir uma imagem interna da mãe, possibilitada pela sua constante presença e maternagem suficientemente boa. Trata-se, aqui, de uma questão temporal.

Na doença, apenas uma pequena proporção do potencial de agressividade vem a se fundir com a vida erótica. O resultado disso é a presença de certos impulsos sem sentido que atormentam a vida da criança, levando à destrutividade em relação a objetos ou, o que é pior, estão na base de uma atividade sem sentido, como, por exemplo, as convulsões sem causa orgânica.

Há uma destruição que é anterior ao contato com o princípio de realidade e que é condição para a criação desta última. Para que o bebê reconheça a realidade enquanto tal, é necessário já ter acontecido a integração, processo que delimita, como uma membrana, o dentro e o fora. No entanto, para que haja integração, é preciso que momentos destrutivos relacionados a estados excitados possam ter acontecido e devem ter sido tolerados pelo ambiente. Os processos que culminam com a integração derivam especialmente dos estados excitados vivenciados pelo bebê, cuja realidade e intensidade vêm da motilidade primitiva, ou da destrutividade, ou da voracidade que se encontra associada a eles.

Nesse momento, no qual o bebê ainda não é uma pessoa integrada, mesmo o que aparece a um observador como algo similar a um ataque ou a uma vontade de machucar do bebê em relação à mãe, ainda não pode ser considerado enquanto tal. Ainda não há, nesta relação, o ódio característico das relações entre pessoas totais, ou seja, integradas. No entanto, já se encontra presente uma destrutividade e uma agressividade primária.

“Ódio” é o termo que descreve um certo conjunto de sentimentos do bebê num período posterior, mas é possível afirmar que a mãe odeia o bebê desde o início. Em seu texto “Ódio na contratransferência” (Winnicott, 1947), Winnicott oferece uma lista de motivos pelos quais a mãe odeia seu filho.

De forma resumida, podemos falar que um bebê não age conforme ela gostaria que fosse, além de demandar uma boa dose de trabalho; o bebê é um perigo para o seu corpo durante a gestação e logo após o parto; ele interfere em sua vida, e já não é mais possível ocupar-se das coisas da mesma maneira.

“Ele é impiedoso, trata-a como lixo” (idem, pág.285), uma serve e, apesar disso, ela tem que amá-lo. Ele a machuca, se decepçiona com ela e dela faz uso, jogando-a fora logo em seguida. “No início, o bebê dita a lei, é preciso protegê-lo de coincidências, a vida deve fluir no ritmo dele, e tudo isso exige da mãe um contínuo e detalhado estudo” (ibidem, pág.286). Ele não come a comida tão boa que ela fez, a não ser quando é a tia que oferece – e ele, então, come tudo.

Nesse momento, o bebê não deve tomar conhecimento de sua mãe como uma pessoa, e isso inclui não saber de seu ódio por ele. “A mãe deve ser capaz de tolerar o sentimento de ódio contra o bebê sem fazer nada a esse respeito”, nos diz Winnicott (ibidem). E, no entanto, é fundamental para o desenvolvimento do bebê que a mãe o odeie, pois é somente porque foi odiado que ele poderá odiar. “A

criança emerge de um estado de fusão com a mãe, um processo que exige desta a capacidade tanto de amar como de odiar” (Winnicott, 1983, pág.116). Um ódio que, por parte da mãe, deve ser objetivo, livre de sentimentalismos.

Ter sido odiado possibilitará à criança odiar e, dessa forma, ela poderá tentar reparar os danos causados (ou que ela imagina ter causado) no momento em que já se reconhece como uma pessoa e que já conseguiu ter contato com seus sentimentos, por mínimos que estes sejam.

Cabe, aqui, ressaltarmos o aspecto paradoxal do pensamento winnicottiano: para que o bebê sinta essa presença confiável e constante, é preciso justamente que essa pessoa encarregada dos cuidados não apareça ao bebê enquanto tal. Uma mãe que insiste em impor seus humores caracteriza um ambiente sentido pelo bebê como intrusivo, provocando reações que tiram o bebê de seu continuar a ser.

Neste momento que estamos estudando, o bebê ainda não tem o reconhecimento da mãe como uma pessoa separada dele, pois ele ainda não tem conhecimento de si como uma pessoa – ainda não ocorreu o processo de integração. Dessa maneira, a mãe também lhe aparece como uma criação sua, em sua experiência de onipotência. Uma mãe que se impõe como objeto desde os primórdios de sua relação com o bebê dificultará essa ilusão.

No período de total dependência, o bebê não se dá conta do ambiente se este é suficientemente bom – é como se houvesse uma interpenetração entre eles. As necessidades do bebê em relação ao ambiente fazem parte de sua potência de ser. Inicialmente, a experiência do bebê em relação ao ambiente é fragmentária. Esses pedaços de sons, de cheiros, de calores, de ritmos, de acelerações e lentidões juntam-se, com o desenvolvimento, formando o que entendemos como uma unidade. O bebê, assim como o outro da relação, vai se constituindo a partir de seus encontros.

Nesse sentido, poder ser não-integrado é poder ser sustentado pelo ambiente. E, para Winnicott, ser às vezes não-integrado é fundamental, ou seja, poder viver a experiência de não-integração, poder viver sem se preocupar com a sua sobrevivência, com a sua necessidade nem com a necessidade do outro. Poder viver a não-integração sustentada pelo ambiente é fundamental para a continuidade de ser, porque pela vida afora somos levados pelos acontecimentos inerentes ao viver a esta experiência que, se acontece num momento em que já é possível falarmos num Eu, se assemelha a sua dissolução. E, se houve um

ambiente suficientemente bom, e se existe uma memória de vivência desse estado e sobrevivência a ele, será possível vivenciarmos esta experiência durante nossa existência a fora.

A importância dos cuidados maternos está na garantia do isolamento primário do indivíduo. A presença/ausência de uma mãe devotada, que proporciona um ambiente suficientemente bom, neutraliza os perseguidores localizados no mundo externo, possibilitando o processo de integração.

Ao começar a constituir seu mundo interno, o Eu emergente do bebê incorpora as coisas boas e, nesse momento inicial, no qual ele ainda não se sente responsável por seus impulsos destrutivos, o que não é bom é como se não o pertencesse. Dessa maneira, acontece um fenômeno no qual há um repúdio ao não-eu, que é sentido como algo que pode ameaçar sua existência. Uma falha neste momento produz um potencial paranóide, cujo resultado é um bebê que vive permanentemente em seu mundo interno, que ainda não está bem organizado. Como forma de manter o perseguidor longe, há uma fuga à integração, evitando o estado de unidade.

Quando, nesse início, o bebê depara-se com um ambiente que lhe é hostil, com as características que já foram descritas anteriormente, o que acontece é uma retirada desse ser que começa a existir a fim de que algo bom, por mínimo que seja, possa ser mantido como uma existência. Acontece o que Winnicott chama de introversão precoce, na qual o indivíduo vive num ambiente que é ele mesmo, estando a relação com o meio prejudicada.

Embora o bebê ainda não perceba esse meio como algo que lhe é externo, pois nesse momento não podemos falar em realidade interna e, conseqüentemente, também não podemos falar em realidade externa, podemos perceber o quanto a relação com esta última, da forma como a concebemos, é importante. Tanto que, no caso da ocorrência de uma introversão precoce, ao retirar-se do mundo o bebê passa a viver uma vida bastante pobre na qual não há crescimento, pois não há enriquecimento a partir da realidade externa (Winnicott, 1945, pág.231).

Essa pobreza acontece porque os objetos encontrados não podem ser subjetivamente concebidos, pois eles ameaçam a existência do bebê. Reagindo a um mundo intrusivo, os objetos externos passam a ser seus perseguidores. Dessa maneira, encontra-se prejudicada a tendência a integrar-se comum a todo indivíduo, uma vez que esta tendência é ajudada por fatores externos relacionados

ao ambiente em sua permanência e confiabilidade, assim como por fatores internos relacionados às experiências instintivas, como os afetos de amor e ódio que podem ser experimentados pelo bebê (como vimos em relação à retaliação primitiva).

Esse estágio é fundamental para a constituição subjetiva. Inicialmente, o que há é “um simples estado de ser, e uma consciência (*awareness*) incipiente da continuidade do ser e da continuidade do existir no tempo” (Winnicott, 1990, pág.157). Nesse sentido, as experiências vão se somando, levando à constituição de uma espécie de membrana na qual será possível o reconhecimento de uma unidade. Se acontece uma quebra nessa linha do ser que não ultrapasse um limite possível de ser tolerado, a recuperação acontece através de uma revivência da continuidade. Caso contrário, uma quantidade de caos passa a fazer parte da constituição do indivíduo (*idem*).

Mesmo em casos menos graves, a intrusão do ambiente provoca uma perda temporária da identidade, ainda em constituição, através das reações, que são respostas de uma adaptação defensiva. Isto interrompe o estado de continuidade de ser suscitando um sentimento extremo de insegurança, além da expectativa de episódios futuros de perda da continuidade de ser. Para Winnicott, o Eu só começa a ser quando não é necessário reagir. A reação é considerada uma resposta adaptativo-defensiva que provoca uma perda temporária da identidade, interrompendo o estado de “continuar a ser”:

a reação, neste estágio do desenvolvimento humano, significa uma perda temporária de identidade. Isto provoca um sentimento extremo de insegurança, e situa-se na expectativa de novos exemplos de perda de continuidade do ser, e mesmo de uma desesperança congênita (embora não herdada) quanto à possibilidade de alcançar uma vida pessoal (De Leo, 2005, pág.40)

De uma forma geral, juntando-se um ambiente suficientemente bom com os caracteres hereditários, a tendência é à integração. Com a constituição dessa membrana limitadora que separa exterior e interior (integração), desenvolve-se na criança a possibilidade de um sentimento de responsabilidade pela experiência instintiva, assim como pelos afetos que lhe pertencem enquanto um Eu. Dessa maneira desenvolve-se o que Winnicott denomina ‘*concern*’.

À medida que a criança descobre que a mãe sobrevive e aceita seu gesto restitutivo, torna-se capaz de aceitar responsabilidade pela fantasia total do impulso instintivo global que era impiedoso previamente. A crueldade cede lugar à piedade e a despreocupação à preocupação (Winnicott, 1958c, pág.26)

A mãe é necessária nesse período por sua capacidade de sobreviver aos ataques, nos quais o bebê ou a criança vive sua destrutividade na experiência das relações objetais. Após o término dessa fase, se tudo vai bem, a criança tem uma integração satisfatória da idéia de destruir o objeto, ao mesmo tempo em que ama o mesmo objeto. Este processo importante no desenvolvimento não é vivido de forma tranqüila; muito pelo contrário – muitas vezes, como forma de dar conta das ansiedades trazidas com a integração e com a ordem a ela subjacente, emerge um estado de caos que é, estranhamente, uma organização defensiva, também chamada de “desintegração”.

A desintegração, então, é diferente da não-integração. Quando houve um atraso ou falha na integração, ou ainda quando fracassa algum tipo de defesa como a dissociação, há a desintegração. É importante frisar que, para que aconteça a desintegração, a integração aconteceu, embora não satisfatoriamente pelos motivos mencionados acima.

A desintegração é “um ativo desfazer-se da integração, produzido e talvez organizado como defesa contra a ansiedade associada à integração” (Winnicott, 1990, pág.136). A desintegração é assustadora, o que não é a não-integração, justamente pelo fato de que a primeira implica num estado de integração que se perde. Além disso, todo indivíduo possui a capacidade inata de estar não-integrado, assim como despersonalizado⁵, e sentindo que o mundo não é real.

A integração está intimamente ligada à função ambiental da segurança. A conquista da integração se baseia na unidade. Primeiro vem o ‘eu’ que inclui ‘todo o resto é não-eu’. Então vem ‘eu sou, eu existo, adquiro experiências, enriqueço-me e tenho uma integração introjetiva e projetiva com o *não-eu*, o mundo real da realidade compartilhada. (Winnicott, 1962a, pág.60)

Por ora, já podemos perceber a importância dos cuidados maternos para o desenvolvimento do indivíduo, estando o papel que esta mãe ocupa como o que de

⁵ A personalização segue os mesmos padrões da integração para o seu desenvolvimento. Ela diz respeito ao sentimento de estar dentro do corpo. Seu oposto é a despersonalização.

mais importante há nesta relação a fim de que haja uma transição de um lugar de total dependência para outro no qual há a emergência de uma pessoa que se destaca do mundo e que vive criativamente: uma mãe totalmente devotada que, necessariamente, deve apresentar falhas que variam em progressão a fim de que seu filho possa crescer de forma saudável.

Essa forma saudável inclui, como vimos, o processo de integração. Ao se constituir como uma unidade, uma cisão passa a fazer parte dessa constituição, e uma comunicação entre as vastas estruturas associadas aos níveis primitivos de existência torna-se necessária a fim de que possam acontecer os processos criativos inerentes ao viver.

Dotado de espontaneidade, está o núcleo da existência subjetiva, o “verdadeiro *self*”, que é o resultado da condição da solidão essencial pertencente aos primeiros momentos da vida. Este núcleo não se comunica com a realidade externa havendo, para esse fim, a constituição do “falso *self*” que, se trava uma comunicação com o verdadeiro *self*, opera de forma espontânea, criativa.

Quando esta comunicação não pode se dar, acontece um fenômeno denominado por Winnicott de “dissociação”. Dessa maneira, além da cisão inerente à integração e que mantém a comunicação necessária aos processos de criação, nos casos em que não houve uma maternagem suficientemente boa, como uma maneira de proteger o verdadeiro *self*, o falso *self* encontra-se destituído de espontaneidade e submisso ao ambiente, incapaz de comunicar-se com o verdadeiro *self*.

De acordo com De Leo,

o drama do indivíduo que não conquistou essa condição de integração é intenso. O sujeito torna-se um ser errante num deserto afetivo/representacional, à mercê de angústias intoleráveis, tais como o medo de despedaçar-se, de cair para sempre, de não ter relação com o corpo ou de perder a capacidade de orientação. (De Leo, 2005, pág.42)

Constituindo-se por processos de reação, esta existência será marcada por um vazio, uma existência desencarnada e desenraizada. A partir daí temos a emergência de um falso *self*, que é uma constituição defensiva que alija a experiência subjetiva do Eu através de mecanismos de dissociação. O sentimento é de futilidade, passividade e submissão; há um empobrecimento dos

investimentos narcísicos na esfera do Eu e um esvaziamento afetivo significativo nas relações interpessoais, além de uma impossibilidade de engajar-se criativamente num mundo compartilhado.

2.6

Tornar-se indivíduo: o desenvolvimento da capacidade de se importar

Seguindo uma linha evolutiva, o bebê deve, então, prosseguir em seu continuar a ser, possibilitado pelos cuidados de uma mãe que proporciona um ambiente suficientemente bom. O estágio seguinte deve abarcar processos que provocam a emergência de outro estado no bebê. No entanto, devemos lembrar que o fato de haver alcançado um determinado estágio não quer dizer que o anterior foi superado; ao contrário, devemos sempre ter em mente que existe entre os diferentes estágios uma certa interação e que um estágio anterior pode emergir a partir de certas condições, sem, contudo, anular todo o progresso feito até então. São os processos de regressão, pelos quais podem passar qualquer pessoa saudável. Sendo assim, sigamos com a seguinte citação:

neste ponto faz-se útil postular a existência de um primeiro estágio *implacável*, o que nos permite chamar a atenção para o fato de que, no início, as idéias excitadas e altamente destrutivas que acompanham a experiência instintiva são dirigidas para o seio da mãe sem qualquer culpa. Mas o bebê sadio logo percebe que dois e dois fazem quatro, e descobre que o objeto que na fantasia é tão impiedosamente atacado é o mesmo que é amado e necessitado. O estágio implacável dá lugar a um estágio de *preocupação* (Winnicott, 1960a, pág.37).

Este trecho de uma palestra proferida por Winnicott nos é caro por tratar da transição da fase do amor primitivo para a fase do ‘*concern*’ No processo de desenvolvimento emocional normal, conforme vai se constituindo como um indivíduo integrado, a criança vive a culpa relativa às idéias e impulsos agressivos e destrutivos, realizando reparações à medida em que consegue reconhecer, tolerar e conter o sentimento de culpa. Este ponto é muito importante para compreendermos os processos criativos, pois, segundo Winnicott, “existem outras

raízes da criatividade, mas a reparação fornece um vínculo importante entre o impulso criativo e a vida” (Winnicott, 1948, pág.156).

Esse processo acontece por volta da segunda metade do primeiro ano de vida. Nesse momento, a criança normal começa a demonstrar uma certa capacidade de se preocupar ou, também podemos dizer, uma certa habilidade para o sentimento de culpa. Este estado está diretamente vinculado à integração da personalidade infantil numa unidade e consiste numa aceitação, por parte da criança, da responsabilidade sobre seus impulsos destrutivos ou por toda a fantasia que pertence a este momento instintivo. Este é um processo complexo e depende da presença contínua da mãe para sua realização. Esta deve ser sensível a perceber e aceitar os esforços imaturos feitos pela criança no sentido de contribuir e reparar.

Após uma experiência excitante satisfatória, o bebê ou a criança deve lidar com dois conjuntos de fenômenos: o primeiro corresponde à culpa sentida por ter atacado, ferido ou estragado uma coisa que considera boa e o fato de ter se enriquecido pela experiência, com a formação de algo bom dentro dele (ou dela). O segundo se refere à possibilidade de encontrar uma saída para este problema através da reparação, do conserto ou de dar em troca, devolver o que, na sua fantasia, foi roubado.

Para isso, o bebê ou a criança deve ser capaz de aguentar a culpa. Esta capacidade é proporcionada pelo ambiente, que deve estar lá, vivo e alerta durante o tempo em que a culpa durar. Dessa maneira, desenvolve-se o sentido de responsabilidade, pois, ao encontrar uma saída para o problema, “a criança torna-se capaz de reparar, de consertar, de dar em troca, de devolver aquilo que (na fantasia) foi roubado”, havendo uma alteração do sentimento de culpa para o de responsabilidade: o sentimento de culpa fica latente e ela só é sentida quando a reparação não foi suficiente para compensar o que foi destruído (Winnicott, 1960a, pág.38).

Quando o que acontece é uma identificação com a mãe, a reparação é falsa, pois o fator dominante não é a culpa da criança, mas é a culpa inconsciente da mãe e sua defesa contra a depressão (Winnicott, 1948). De acordo com Winnicott, a criança não entra na posição depressiva; esta é apenas o reflexo da depressão da mãe. E, se essa fase não ocorre, não é possível à criança fazer reparações. Dessa maneira, os processos criativos se encontram extremamente prejudicados.

A criança usa a depressão da mãe para fugir da sua própria; isto faz com que surjam restituições e reparações falsas em relação à mãe, o que prejudica o desenvolvimento da capacidade pessoal para restituir, pois nesse caso a restituição não se relaciona com os sentimentos de culpa pessoais da criança (idem, pág.158)

Uma mãe não deprimida deve poder aguentar que seu filho não seja bom, ou que não esteja bem arrumado, ou que não seja obediente, para que ele possa, em consequência, restituir o que achar que tenha feito de errado. E é nessa restituição que reside sua criatividade. A mãe é o ambiente constante, confiável e seguro, um requisito necessário para que a criança possa amar, com as inevitáveis complicações da agressividade e da culpa, “as únicas coisas capazes, na verdade, de dar sentido à reparação e à restituição” (ibidem, pág.160).

A importância da mãe suficientemente boa dos primórdios da relação é vital para o estabelecimento do “*concern*”, pois, como nos diz Winnicott, os bebês podem sobreviver mesmo que ninguém desempenhe esse papel, mas eles sobreviverão com alguma coisa faltando em seu desenvolvimento emocional, algo de importância vital, resultando numa intranquilidade e numa falta da capacidade para o “*concern*”, na ausência de profundidade e na incapacidade para o brincar construtivo, sofrendo mais cedo ou mais tarde uma inaptidão para o trabalho, um resultado insatisfatório tanto para o indivíduo quanto para a sociedade (Cf. Winnicott, 1990, pág.176). Esse processo, que deve desenvolver-se pouco a pouco em cada criança, tem início em torno do primeiro ano e não cessa de acontecer durante a vida; é a partir dele que o bebê ganha *status* de indivíduo.

A depressão da mãe ocorre quando ela não pode vivenciar o ódio por seu bebê. A depressão, aqui, não se refere, necessariamente, a um distúrbio psiquiátrico. Para Winnicott, ela está estreitamente relacionada à vida cotidiana, sendo uma condição comum a todos os seres humanos integrados, algo que, vez por outra, sentimos:

desse modo, quando chamo a atenção para a depressão, não me refiro apenas a um severo distúrbio psiquiátrico, mas também a um fenômeno quase universal entre os indivíduos sadios, e que está ligado de perto à capacidade que estes têm, quando não estão deprimidos, de agir construtivamente (Winnicott, 1960c, pág.77).

Muitas pessoas estão quase sempre em leve estado de depressão, no qual têm um vago sentimento de culpa e não sabem a quem atribuir, e preocupam-se com suas atividades (idem, pág.53). Na criação dos filhos, na qual os pais veem toda a sua vida modificada pela chegada desse novo ser, este sentimento pode, facilmente, acirrar-se. Principalmente no tocante à mãe e a todas as responsabilidades que ela assume em relação ao bebê.

Dessa maneira, por estar deprimida, não lhe é possível lidar com o ódio e, da mesma forma, restituir, e assim defesas são organizadas contra a depressão, que está ligada ao sentimento de culpa por haver causado (ou imaginado ter causado) algum dano. O bebê não tem, ainda, meios de controlar os efeitos das defesas nele mesmo, e recebe este estado de espírito de sua mãe.

Não raramente Winnicott recebeu em sua clínica mães excessivamente preocupadas com seus filhos, supostamente doentes, que não apresentavam nada ao exame, salvo a fantasia de suas mães de lhe haver causado algum dano. Por não conseguirem restituir o seu ódio, necessitavam da intervenção de um terceiro que lhes facilitassem o caminho, fosse ele um médico ou um amigo.

Esta é uma situação muito comum e, muitas vezes, de difícil diagnóstico, pois existe uma relação muito próxima entre esse estado mental vagamente deprimido e a capacidade que uma mulher pode ter de dedicar ao filho toda a sua atenção (Winnicott, 1961, pág.55). Acompanhado pela dúvida, muitas vezes o estado de depressão suscita nos pais a incerteza de que podem ser bons para seus filhos.

Apesar dos vários tipos de depressão⁶, não importa o seu grau, ela sempre indica que o indivíduo está assumindo a responsabilidade pelos elementos agressivos e destrutivos da natureza humana, o que quer dizer uma capacidade de conter em si uma certa quantidade de culpa (inconsciente) necessária aos processos criativos. Um indivíduo somente se sente deprimido se tiver havido crescimento e saúde em seu desenvolvimento emocional.

Dito de outra forma: se tudo correu bem, chegará um tempo em que a criança poderá se preocupar consigo mesma e com os resultados do amor, isto é, ela alcançará a posição depressiva. Num momento posterior, é importante que o

⁶ Os tipos descritos por Winnicott são: melancolia severa; depressão alternando-se com mania; depressão manifestando-se como uma negação da depressão (estado hipomaniaco); depressão crônica, com ansiedade de natureza mais ou menos paranóide; fases de depressão em indivíduos normais; depressão reativa, associada ao luto (Cf. Winnicott, 1960c, pág.87).

indivíduo tenha alcançado a posição depressiva para o bom funcionamento da família. Da mesma forma, é também importante para que se possa compartilhar uma cultura. Ou seja, é importante que um indivíduo, por ele mesmo, tome parte nas atividades reparatórias do grupo, que pode ser tanto sua família quanto a sociedade de um modo geral.

Quando não consegue compartilhar, o indivíduo precisa instituir o seu modo pessoal de interagir. Sem isso, ele não poderá se sentir integrante do mundo compartilhado. Algumas vezes, ele até mesmo consegue colaborar em um pequeno grupo, mas, como nos diz Winnicott, “em algum momento sua colaboração fracassará, pois ele permanece, até certo ponto, na posição de uma criança apanhada pelo mundo interno de sua mãe, com a consequente perda da responsabilidade pessoal” (Winnicott, 1948, pág. 160). Ao se identificar com a depressão da mãe é como se, com isso, ela pudesse ter sua própria depressão aliviada, pois não receberia o ódio objetivo de seu filho.

Ao tratarmos da posição depressiva, já abordamos um importante processo que acontece com a integração. Achemos importante assinalar que, apesar de o indivíduo já haver alcançado um estágio posterior de desenvolvimento, algumas características das fases iniciais não desaparecem com o tempo, ou seja, elas podem reaparecer em qualquer momento da vida de um indivíduo.

No entanto, nesse estágio em que já existe uma aceitação, por parte do ego, de responsabilidade (estágio denominado “*concern*”), tais características vão aparecer em estados dissociados. Por exemplo: é comum a criança sentir prazer em ser impiedosa com a mãe, geralmente em brincadeiras, e ela precisa que sua mãe agüente sua falta de compaixão para que não tenha esse aspecto de seu *self* escondido, aspecto esse relacionado aos impulsos destrutivos do amor primitivo.

A partir de um estágio primário de não-integração, é possível fazer-se a integração, necessitando para o desenrolar desse processo certas condições ambientais proporcionadas, principalmente, pela mãe e seus cuidados. A criança sai, então de um período composto essencialmente de motilidade e percepções sensoriais para um outro no qual, ao longo de certos períodos e em certas relações, ela é uma pessoa inteira. Isto acontece de forma gradual e crescente.

No entanto, períodos de não-integração não se opõem a esse processo, ou seja, durante toda uma vida eles devem coexistir com a integração num indivíduo saudável. Por exemplo, temos o sono, sentido pela criança como uma volta ao

estado não-integrado, o que não é necessariamente fonte de medo se a criança se sente segura. Dessa maneira, a mãe ou o ambiente conservam a criança como que unida a si mesma, e a não-integração e reintegração podem processar-se sem ocasionar ansiedade.

Mas existem casos em que a integração não se dá completamente, acontecendo o que é chamado de “integração parcial”. Quando isto ocorre, acontece uma série de dissociações que vão ter consequências no relacionamento do indivíduo com a realidade externa e com os processos de criação. Anteriormente à integração, os estados de dissociação são comuns e o bebê ainda não se percebe como o mesmo nos estados tranquilos e nos estados excitados. Também não percebe a mãe como uma pessoa, pois ainda não se percebe como tal. Ou, ainda, há uma dissociação entre os estados de sono e os de vigília.

Na integração parcial ocorrem dissociações nas quais os impulsos de ódio e idéias predatórias são separados dos amorosos e geralmente projetados na realidade externa, com se não fizessem parte da constituição do indivíduo. A negação de tais impulsos afeta tanto o processo de integração quanto o de personalização e o de realização. Em relação ao processo de integração, a dissociação faz com que o indivíduo viva como se fossem separados os instintos de amor e ódio, o que tem consequências diretas na sua maneira de sentir-se real, ou seja, no processo de personalização.

Se o ambiente, presentificado pelo objeto, permanece a despeito dos ataques que sofre, ele se torna confiável e amor e ódio podem caminhar juntos. Dessa forma, a realidade externa se acrescenta às experiências do indivíduo, às suas fantasias, onde mundo subjetivo e objetivo encontram-se em paralelo. Um cuidado suficientemente bom proporciona ao bebê a confiança necessária para que ele possa se entregar aos seus impulsos instintivos.

Observa-se a presença de estados dissociados também numa fase posterior ao estado de concernimento: é quando a criança não pode (e não pôde) vivenciar o relacionamento objetal impiedoso, ou seja, o estado de ‘*ruthlessness*’, por possuir uma mãe não suficientemente boa que não se mostrou capaz de suportar e sobreviver à sua retaliação primitiva. Nesse caso, tais estados voltam em estados dissociados, pois são insuportáveis para o indivíduo. Uma das causas para sua emergência é a impossibilidade de brincar sem compaixão. A ocorrência ou não

de dissociação depende da mãe, a única de quem se pode esperar que tolere esses estados, comuns na criança normal e importantes nos processos de criação.

Com a integração, há o reconhecimento de que a mãe é a mesma que o bebê ‘ama’ e ‘odeia’, e entramos numa outra fase na qual o bebê começa a se relacionar com a realidade externa enquanto tal, assim como passa a ter concernimento em relação a seus atos. É a partir da integração que é possível nos relacionarmos com a realidade externa de fato, o que significa um grande avanço no desenvolvimento.

Conforme a integração vai se transformando num estado cada vez mais confiável, a dependência vai diminuindo; isso se deve a uma espécie de incorporação e retenção de lembranças do cuidado ambiental que, se bem sucedido, faz com que o indivíduo possa, gradualmente, passar a cuidar de si mesmo.

A presença constante da mãe e a maternagem suficientemente boa possibilitam que o bebê junte os dois aspectos relacionados aos cuidados maternos que são inicialmente separados – a mãe-objeto e a mãe-ambiente. Com isso, é uma imagem interna da mãe que o bebê começa a construir. Trata-se, aqui, de uma questão temporal, que conduz gradativamente a uma constituição egóica, ou seja, processo de “integração”.

De acordo com Winnicott, “a partir do estado de não-integração se produz a integração por breves momentos ou períodos, e só gradualmente o estado geral de integração se transforma em fato” (Winnicott, 1990, pág.137). A integração pode ser proporcionada por um cuidado suficientemente bom ou por um comportamento reativo. No primeiro caso, é muito provável que a personalidade seja bem estruturada. Quando o processo de integração acontece

através de impulsos e experiências instintivas e de uma raiva que mantém sua relação com o desejo, então a personalidade será interessante e até fascinante por suas características. Na saúde há quantidades suficientes dessas duas coisas, e sua combinação significa estabilidade. Quando não há o bastante de nenhuma das duas, a integração jamais se estabelece por inteiro, ou se estabelece de uma forma estereotipada, hiperenfaticada e fortemente defendida, impedindo que ocorra o relaxamento, ou a não-integração repousante (idem, pág.140)

Quando a integração acontece como o resultado de uma excessiva reação à intrusão de fatores externos, ocasionada por uma falha maior que a capacidade da criança para tolerá-la, a integração do indivíduo se constitui a partir de um certo padrão de intrusão do ambiente, ao qual o indivíduo responde sem nada criar, ou seja, ele passa a depender do ambiente e de sua intrusão para que este padrão seja mantido.

Com o processo de integração a psicologia do bebê torna-se mais complicada porque a criança passa a se preocupar com os efeitos de seus impulsos tanto em relação à mãe quanto em relação a si mesma no que diz respeito aos ataques de cólera e suas conseqüências. A partir desse momento, torna-se necessária uma administração do mundo interno, tarefa esta que só pode ser iniciada a partir de um alojamento no interior do próprio corpo, o que permite distinguir entre o que está dentro e o que está fora, como se houvesse a constituição de uma membrana delimitadora. É importante ressaltar que a administração do mundo externo depende da administração do mundo interno.

Na saúde (que acontece quando o bebê pode vivenciar sua destrutividade num ambiente que a suporta e tolera) o indivíduo apresenta atividade e agressividade intencionais, ou seja, sob o seu controle, ao contrário do que acontece na doença. Durante a vida, a integração vem e vai, sempre em relação com o ambiente. No entanto, apesar do ambiente ter tamanha importância, quando há saúde alguma hora surge o comportamento intencional. O que queremos dizer com isso é que, a despeito da importância do ambiente, ele não é o único fator dominante.

Outra característica importante da integração é a maneira pela qual o indivíduo começa a manter relações com o mundo externo. Ao se tornar integrado, o indivíduo traça uma linha delimitadora entre o Eu e o mundo, cujo efeito pode ser a percepção de um ataque, isto é, o mundo pode passar a ser ameaçador e temido, provocando um fenômeno que Winnicott trata por “repúdio ao não-eu”. Esse processo pertence à posição paranóide, e o papel da mãe, nesse momento, passa a ser a de mediadora entre estas duas esferas, por estar situada entre o indivíduo integrado e o mundo externo.

Por volta também do primeiro ano, já é possível observarmos que a criança já consegue viver em seu corpo ou, em termos winnicottianos, a psique e o soma já aprenderam a conviver. Inicialmente, a psique não se encontra estreitamente

ligada ao corpo e à vida do corpo, embora seja baseada no funcionamento corporal. Como nos diz Winnicott,

a existência de um grau razoável de adaptação às necessidades da criança é o que melhor possibilita o rápido estabelecimento de uma relação forte entre psique e soma. Havendo falhas nessa adaptação, surge uma tendência de a psique desenvolver uma existência fracamente relacionada à experiência corporal, acarretando como resultado que as frustrações físicas não sejam sentidas em toda a sua intensidade (Winnicott, 1958b, pág.8).

Todo este processo é denominado “personalização”, e pode acontecer da psique de uma criança normalmente perder contato com o corpo. É o que ocorre quando a criança é subitamente acordada, por exemplo. As mães parecem ter conhecimento disso e, geralmente, acordam lentamente seus bebês, se preciso for.

O bebê vai caminhando, cada vez mais, no sentido de uma independência em relação ao ambiente, caracterizado, principalmente, pela mãe. A maneira como acontece a dissolução dessa díade mãe-bebê depende essencialmente da forma como a mãe conduz esses processos em sua relação com seu filho. Por exemplo, é nesse momento que acontece o complexo processo do “desmame”, no qual ela é peça fundamental. Assim, quando houve uma relação sadia e a mãe pôde viver, juntamente com seu bebê, uma experiência de mutualidade, ela vai deixando gradualmente de se ‘preocupar’ com seu filho, na medida em que este passa a ser um indivíduo mais independente.

Já a mãe que não consegue abandonar seus próprios interesses à época do nascimento do bebê a fim de viver na condição de uma mãe suficientemente boa, não constituiu com ele, de fato, uma relação para a qual tivesse que haver um desmame. Num outro extremo, a mãe excessivamente preocupada é incapaz de desmamar ou o faz de modo súbito, sem dar atenção à crescente necessidade da própria criança de ser desmamada (Winnicott, 1960/1964, pág.22).

Os laços que se estabelecem nos primórdios da relação entre a mãe e seu bebê são determinantes na condução dos processos de emancipação da criança, que caminha no sentido de se tornar uma pessoa integrada, separada daquela que lhes prestou os cuidados essenciais no início de sua vida. Por esse motivo, o ambiente ganha características fundamentais na teoria winnicottiana, devendo ser levado em conta em todos os processos que compõem nossa existência.

2.7

Falha ambiental e trabalho intelectual

Assim como os estados dissociados que acometem um indivíduo que foi submetido a um ambiente intrusivo, a formação de uma mente separada do psicossoma se configura num processo reativo a partir do qual o indivíduo reage, encontrando-se por esse motivo separado de sua potencialidade de criação.

Existe uma grande diferença entre a elaboração psicológica do funcionamento fisiológico (psique) e o trabalho intelectual. A psique está ligada ao soma e ao funcionamento corporal. Já o trabalho intelectual, com grande frequência, torna-se uma entidade artificial que se oferece falsamente como um lugar onde a psique pode residir. Isto acontece nos casos em que o cuidado não foi suficientemente bom. Quando ele é suficientemente bom, ele não é nem perfeito, nem insuficiente, mas oferece o que é adequado para o momento, o que implica na presença de falhas.

Neste caso, a ausência do trabalho intelectual denota um período de não-saber sustentado pelo ambiente onde, através da confiança, é mantida a continuidade de ser e, dessa forma, a psique se acrescenta às funções fisiológicas do corpo. Neste ambiente, existem falhas com as quais o bebê terá que lidar, e ele fará isso através do trabalho intelectual, transformando este ambiente em um ambiente perfeito.

A coisa acontece mais ou menos assim: de início, a mãe deve adaptar-se de modo quase exato às necessidades de seu filho; o ambiente é praticamente perfeito. As falhas do ambiente devem ser mínimas no início, de maneira que o bebê tenha recursos para lidar com elas. Estes tornam-se cada vez mais abrangentes, o que permite um gradual aumento das falhas. O ambiente deve se adaptar ao bebê. Porém, a mente e os processos intelectuais da criança tornam-se capazes de levar em consideração e permitir certas falhas na adaptação que proporcionam à mãe um alívio em parte de suas funções. Dessa maneira, “na criação de um filho, a mãe é dependente dos processos intelectuais deste, e são eles que aos poucos a tornam apta a readquirir sua própria vida” (Winnicott, 1958b, pág.9).

O hiato entre a adaptação total e a adaptação incompleta é enfrentado pelos processos intelectuais do indivíduo pelos quais, gradualmente, as falhas do ambiente tornam-se aceitáveis, compreensíveis, toleráveis, e mesmo previsíveis. A compreensão intelectual converte a adaptação insuficientemente boa do ambiente em suficientemente boa (Winnicott, 1952, pág.312).

Se o ambiente se comporta de modo coerente, é melhor para a adaptação do indivíduo e sua formação intelectual. Caso a falha seja extrema, acontece um fenômeno que Winnicott entende como a formação de uma mente, mente esta que seduz a psique separando-a do soma. “A adaptação variável, devido a sua imprevisibilidade, revela-se traumática e anula os bons efeitos de um ocasional atendimento extremamente sensível à necessidade” (idem). Daí a importância da constância.

Sendo assim, outro fator decorrente de um excesso de intrusões é a formação de uma mente. Um ambiente suficientemente bom proporciona um bom desenvolvimento do psicossoma, ou seja, da psique e do soma, com o aparecimento da mente (através do desenvolvimento do trabalho intelectual) mais cedo ou mais tarde.

Neste caso, porém, a mente não se sobrepõe ao psicossoma. Ao nos referirmos à mente, não falamos de psique – são duas entidades distintas. Dessa forma, todo o tempo em que estivemos falando do desenvolvimento emocional primitivo, estávamos nos referindo a processos que vão culminar na formação do psicossoma e na emergência de uma mente (no caso de um ambiente suficientemente bom) ou na formação de um fenômeno denominado por Winnicott de “psique-mente” (em caso contrário).

Quando o que acontece de forma predominante é uma intrusão que vai além da capacidade do bebê para lidar com ela, a mente deixa de ser uma função específica do psicossoma, virando uma entidade separada. Ela consiste numa especialização da parte psíquica do psicossoma, sendo um caso especial de funcionamento deste. A mente, então, quando se forma por uma reação à intrusão, não faz parte do psicossoma.

Uma das raízes da mente como uma entidade separada do psicossoma, e que o domina, é o funcionamento variável deste – variável devido às ameaças à continuidade de ser que acompanham cada falha excessiva da adaptação ambiental. É função essencial da mãe fornecer tanto a adaptação quanto a sua falha, falha esta na medida em que o bebê possa suportar, e com ela lidar, sendo

sua capacidade para tal, crescente. Ela acontece por meio de sua atividade mental, ou seja, um trabalho intelectual que leva à compreensão, através da qual o bebê consegue, de alguma maneira, suprir a falha ambiental. “Assim sendo, surge no bebê uma tolerância em relação a fatores tanto egóicos quanto instintivos” (Winnicott, 1949, pág.335).

Podemos perceber que quando Winnicott se refere à atividade mental, não está se referindo à mente que se forma por processos de reação a um ambiente intrusivo. O indivíduo tem necessidade de um ambiente “perfeito”, ou, também podemos dizer, suficientemente bom. Falhas severas do ambiente, principalmente o comportamento errático por parte da mãe ou uma mãe que se impõe ao bebê, levam a uma hiperatividade do funcionamento mental, que busca suprir essas falhas.

Isso produz uma oposição entre mente e psicossoma, onde a mente do indivíduo assume o poder e passa a cuidar do psicossoma, enquanto que na saúde é o ambiente que o faz. Se, anteriormente, poderíamos dizer “o bebê de nada sabe”, agora ele tem a necessidade de saber, ou seja, ele é forçado a saber, pois não pode contar com o ambiente. “Na saúde, a mente não usurpa as funções do ambiente. Ela permite que ocorra a compreensão e por vezes até mesmo a utilização de suas falhas relativas” (idem, pág.336).

O estado confusional e a deficiência mental sem causas orgânicas são conseqüências dessas falhas insuportáveis do ambiente. A deficiência é, neste caso, decorrente de uma parada do desenvolvimento num estágio demasiadamente precoce provocada pela intrusão de um ambiente errático ao ponto de ser vivenciado pelo bebê como caos, sendo o resultado disso um estado caótico defensivo por parte do indivíduo (Winnicott, 1990, pág.158).

Num grau menos elevado dessas falhas, o mais comum é o funcionamento mental passar a existir por si mesmo, praticamente substituindo a mãe boa e tornando-a desnecessária. Nesse caso, a criança não segue rumo à independência. Clinicamente, isto pode acontecer em concomitância com uma dependência da mãe real, e um falso crescimento pessoal com base na submissão. Nesse processo, a psique é atraída (“seduzida”) para transformar-se nessa mente, separando-se do soma, constituindo o fenômeno patológico denominado “psique-mente”. Nesse padrão o indivíduo se encontra impossibilitado de criar, estando submisso ao ambiente.